

Assim, embora não ignore a coalizão de civis e militares que tentou depor Goulart já em 1962, estudo também os "ônus" que incidiam sobre o sistema político e procuro analisar as forças e fraquezas da estratégia governamental para sobrepujar estes ônus.²⁵

A segunda hipótese de trabalho denota que, embora poderosas tensões econômicas e políticas normalmente contribuam para o esfacelamento de um regime, estes fatores macro-sociológicos, por si sós, não levam necessariamente à sua queda. Os fatores difusos e generalizados que exercem pressão sobre o sistema precisam alcançar um ponto crítico pela interação de agentes políticos e problemas importantes ao nível micropolítico. Desta forma, além de estudar os fatores estruturais mais amplos que contribuíram para a ruptura em 1964, é necessário reconstruir a solução real de crises específicas que ocorreram no período da própria revolução. Isto permite aproximar-nos de variáveis decisivas como a qualidade da liderança política individual, o comportamento na solução dos problemas e o impacto decisivo de incidentes específicos altamente simbólicos. A essência de muitas políticas é precisamente aquilo que ocorre neste nível — e que é muitas vezes negligenciado numa análise exclusivamente macropolítica.

²⁵ Como, no Brasil, os três ministros militares foram derrotados habilmente em sua tentativa de impedir que o presidente Goulart assumisse a presidência em 1961, a hipótese de que não cabe ao poderio inerente das forças do governo a responsabilidade da deposição de Goulart parece razoavelmente forte. Discuto fatores de liderança com maior detalhe em meu "Political Leadership and Regime Breakdown: Brazil, 1964" (trabalho preparado para o Sétimo Congresso Mundial de Sociologia, Varna, Bulgária, 14-19 de setembro de 1970).

Capítulo 6

A Crescente Sensação de Crise no Regime, 1961-1964: Seu Impacto sobre o "Padrão Moderador"

INTRODUÇÃO

A tomada do poder pelos militares, em 1964, representou uma ruptura do antigo padrão das relações entre civis e militares e o aparecimento de um novo papel para estes na sociedade brasileira. Neste livro, minha argumentação principal é que a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensada como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político. Por conseguinte, neste capítulo, procuro ilustrar como a mudança do papel dos militares se relacionava basicamente com alterações maiores no sistema político. No período entre 1961 e 1964, desenvolveu-se no Brasil uma crescente sensação de crise, à medida que maiores ônus econômicos e a mobilização social levaram muitos políticos da direita e da esquerda a achar que o próprio regime era inoperante. A crença generalizada na crise iminente desempenhou um papel decisivo na erosão dos limites do ativismo militar que até agora haviam impedido que os militares assumissem o controle do governo.

Um aspecto central do papel moderador é que ele mantém as regras gerais do jogo político. Mas, quando estas regras são elas mesmas amplamente questionadas por muitos protagonistas políticos, o papel de moderador ou árbitro torna-se menos importante ou praticável. Se, por exemplo, os políticos acreditam que o regime é inoperante, torna-se muito mais difícil resolver a questão de quem deveria receber o poder político depois da deposição do presidente. Abre-se claramente o caminho para os militares assumirem um novo papel político na sociedade: o de dirigente em vez de moderador do sistema político. Se os próprios militares acham que deve ser adotado um novo conjunto de medidas, seu papel pode mudar de mantenedor para transformador do sistema.

Os próprios processos de agravamento dos conflitos econômicos, sociais e ideológicos, no período de 1961 a 1964, gerou entre um número bastante significativo de oficiais um sentimento de insegurança institucional, atitudes autoritárias e desejos de transformar o sistema, que se coadunavam cada vez menos com as premissas básicas do padrão moderador das relações civis. Antes de examinar a reação dos militares a este ambiente político em mudança, é necessário analisar, com algum detalhe, estas próprias mudanças. No nível mais amplo, podemos classificar as mudanças do sistema político brasileiro, entre 1961 e 1964, da seguinte maneira: 1) um crescente índice de reivindicações políticas e econômicas ao governo; 2) um decréscimo da capacidade extrativa decorrente do declínio do crescimento econômico; 3) um decréscimo da capacidade política de converter as reivindicações em

política concreta, devido à fragmentação do apoio; e 4) a crescente retração do apoio ao próprio regime político.¹

De fato, é possível que algumas destas tendências tenham sido "cíclicas", e não "seculares". Entretanto, no plano político, o fator importante é que, na atmosfera de crise que predominou no Brasil de 1962 a 1964, muitos membros da elite política consideravam estas tendências como evidências de uma crise de estrutura.

O CRESCENTE ÍNDICE DE REIVINDICAÇÕES

Um importante ingrediente da legitimidade de um regime político é a crença, difundida no meio político, de que o regime oferece uma fórmula adequada de manipulação das principais reivindicações do conjunto da sociedade. A ampla mobilização sócio-econômica tende a gerar novas reivindicações ao governo, e a adequação consecutiva do regime político vai depender de sua capacidade de adaptar e conservar seu poder de compor estas reivindicações.²

Que mudanças ocorriam na estrutura social brasileira, na década de 1950 e começo dos anos 60, e qual era a relação entre elas e as reivindicações que se faziam ao sistema econômico e político?

Uma mudança constante foi o crescimento populacional. O Brasil tinha um índice médio de crescimento populacional de 3,0% ao ano, um dos mais altos do mundo. Em termos de ônus comparativos sobre os diferentes sistemas econômicos, igualava-se aos 2,4% da Índia, 1,2% da França e Alemanha Ocidental, 1,0% do Japão e menos de 1,0% da Bulgária, Dinamarca e Inglaterra.³

Um índice elevado de urbanização colocou também novas reivindicações ao sistema econômico e político. Economicamente, grande parte da população rural do Brasil vivera até então ao nível de agricultura de subsistência, apelando muito pouco às capacidades de produção e de mercado do conjunto da economia. No plano político, grande parte desta população era "paroquiana", no sentido que Almond e Verba conferem ao termo: "A orientação paroquiana... implica a ausência comparativa de expectativas de mudança iniciada pelo sistema político".⁴ A população paroquiana exige muito pouco das obrigações do governo, como serviços públicos, bem-estar social ou educação secundária.

Na década de 1950 a 1960, a população rural do Brasil subiu de 33 milhões para apenas 39 milhões, enquanto a urbana aumentou mais rapidamente, de 19 para 32 milhões.⁵ Esta nova população urbana, em rápida expansão, criou toda uma série de exigências em matéria de transporte, empregos, distribuição de alimentos e moradia.⁶ No que diz respeito ao sistema político, a rápida urbanização diminuiu

¹ Este quadro deve muito à análise sugestiva das capacidades dos sistemas políticos, em Gabriel A. Almond e G. Bingham Powell, Jr., *Comparative Politics: A Development Approach* (Boston: Little, Brown & Co., 1966), esp. pp. 190-212; e em Gabriel A. Almond, "Political Development: Analytical and Normative Perspectives", *Comparative Political Studies*, 1 (January 1969), 447-470.

² A melhor formulação deste ponto encontra-se em "Social Mobilization and Political Development", *American Political Science Review*, LV (September 1961), 493-514, de Karl Deutsch. Para uma discussão análoga da relação entre capacidade e legitimidade, cf. David Easton, *A Systems Analysis of Political Life* (New York: John Wiley & Sons, 1965) p. 57.

³ Todos os índices de crescimento se referem aos anos de 1958-1966, citados no United Nations, *Demographic Yearbook 1966*, pp. 104-111.

⁴ Gabriel A. Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture* (Princeton: Princeton University Press, 1963), p. 18.

⁵ Brasil, *Anuário Estatístico do Brasil* — 1962, p. 27. Números arredondados para mais ou para menos.

⁶ Ao nível cumulativo, por exemplo, a produção da agricultura para consumo doméstico cresceu a uma taxa anual de 3,3% de 1957 a 1961 e, assim, permaneceu acima dos 3% de crescimento populacional anual. Contudo, ao nível não-cumulativo de tipos específicos de alimentos que

o número de "paroquianos" e aumentou o de "súditos", isto é, "pessoas que esperam do sistema político um desempenho satisfatório em serviços, administração, 'cuidado com os inferiores'".⁷

O que também aumentou a carga sobre a produção do governo foi o surgimento dos executivos populistas que tentaram cooptar os novos grupos sociais através de extensa legislação social de bem-estar. Inúmeros políticos procuraram aliciar partidários políticos, articulando e liderando as justas e latentes reivindicações dos novos grupos sociais.

Nesta atmosfera de grande mobilização social e inflação, foram feitas crescentes demandas às capacidades reguladora e distributiva do governo, que se viu cada vez mais envolvido na arbitragem de greves e na fixação de salários mínimos.⁸

As reivindicações à capacidade distributiva levaram o governo a subsidiar cada vez mais os preços do pão e as passagens de ônibus, contribuindo para aumentar os déficits orçamentários. Além disso, sendo reduzida a provisão nacional de trigo (para o pão) e de gasolina (para os serviços de ônibus), o governo era obrigado a aumentar as importações destes itens de consumo.⁹

Além do rápido crescimento de demandas oriundas do setor urbano do sistema político, um número significativo de elementos da própria população rural evoluiu, no início da década de 1950, da condição de "paroquiano" para a de "súdito", ou mesmo para a de "participante". Em março de 1963, foi concedido aos trabalhadores rurais o direito de se organizarem em sindicatos, e pela primeira vez foram abrangidos pela proteção da lei do salário mínimo.¹⁰ Esta lei acelerou a competição, entre os líderes políticos individuais, a igreja e o órgão, altamente político, de reforma agrária do governo (SUPRA), para organizar os camponeses em cooperativas, ligas camponesas e sindicatos rurais. É lógico que houve excesso na avaliação e divulgação da natureza revolucionária e da consciência de classe de Julião e das ligas camponesas.¹¹ Entretanto, no plano histórico, estava ocorrendo uma mudança

abasteciam as áreas urbanas, novas cargas foram impostas à capacidade de produção e de mercado do sistema econômico. Daí resultou uma diminuição dos tipos de alimentos consumidos pelos urbanos, como carne e laticínios. Podemos verificar este fato pelo aumento do índice dos preços por atacado de alimentos de origem animal, que subiu de uma base de cem, em 1951, para 1 815 em 1963 — um aumento que estava 308 pontos acima do aumento global do índice do custo de vida para o Rio de Janeiro. Cf. Werner Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil* (Homewood, Illinois: Richard D. Irwin, 1965), pp. 150-153.

⁷ Para a definição da "cultura política de súdito", cf. Almond e Verba, *The Civic Culture*, pp. 19-26.

⁸ No Brasil, como na maioria dos países da América Latina, os níveis de salário efetivos são fixados normalmente não por acordo coletivo ao nível de fábrica ou indústria, em numerosos pontos descentralizados dentro da economia, mas através da ação do governo nacional na fixação do salário mínimo. No Brasil, portanto, as greves não constituem apenas reivindicações econômicas, mas também exigências diretas à capacidade política do governo para controlar conflitos e salários reais dentro da sociedade. O grau com que foram progressivamente expressas as reivindicações trabalhistas e a capacidade reguladora torçada do governo é ilustrado pelo número de conciliação de greves. Em 1959, por exemplo, os tribunais do trabalho se ocuparam de 524 conflitos trabalhistas; por volta de 1963, este número elevou-se a 1 069. Cf. a seção sobre "Conflitos do Trabalho" in Brasil, *Anuário Estatístico do Brasil* — 1962, p. 271, e a edição de 1966, p. 339. Embora um período de quatro anos seja muito curto para que possamos afirmar que esta tendência fosse secular, a impressão que predominava no Brasil era a do aumento progressivo de conflitos trabalhistas.

⁹ Uma descrição e orientação bibliográfica das tentativas fracassadas de presidentes no sentido de eliminar os subsídios de preço encontram-se em Thomas Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964* (New York: Oxford University Press, 1967), pp. 174-178, 193-197, 268-270.

¹⁰ Para uma discussão da lei, cf. Caio Prado Júnior, "O Estatuto do Trabalhador Rural", *Revista Brasileira* (maio-junho de 1963), pp. 1-13.

¹¹ Para uma análise dos aspectos não-revolucionários de Julião, cf. Anthony Leeds, "Brazil and the Myth of Francisco Julião", in *Politics of Change in Latin America*, ed. Joseph Maier e Richard

importante na qualidade e quantidade de reivindicações políticas que os camponeses e seus mentores faziam ao sistema político.¹²

Um indicador final do aumento de mobilização social é o sistema eleitoral. No tocante à participação efetiva no processo político através do voto, o número total de eleitores aumentou de 6.200.805, na eleição presidencial de 1945, para 14.747.221 nas eleições para governador e para o Congresso, em 1962.¹³ E, o que é ainda mais importante, a intensidade política e a polarização ideológica nas eleições de 1962 foram bem maiores que nas anteriores, pois numerosos nacionalistas de esquerda desenvolveram campanhas vigorosas e foram contestados por grupos militantes anticomunistas dos altos negócios e da livre empresa.¹⁴ Esta crescente competição eleitoral não só refletiu como criou um aumento no nível de reivindicações ao sistema político.

O DECRÉSCIMO DA CAPACIDADE EXTRATIVA: DECLÍNIO ECONÔMICO

Qual era a capacidade dos sistemas econômico e político brasileiros de responder a este crescimento de reivindicações resultante de rápida mobilização social? Grande parte das reivindicações foram satisfeitas pela taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto per capita (PNB), que, durante a maior parte da década de 50, foi uma das mais altas do mundo. Entretanto, em 1962, a taxa de aumento começou a declinar internamente e, em 1963, houve um declínio real no PNB per capita (cf. Figura 6.1).

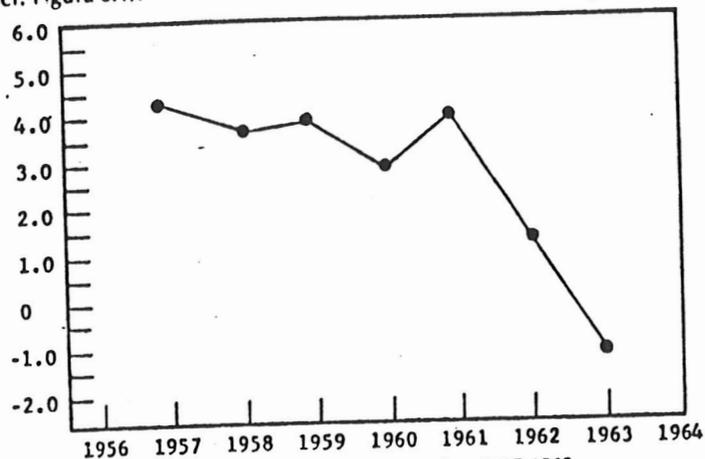


FIG. 6.1 Alteração Percentual no PNB real per capita, 1957-1963.

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics: Supplement to 1966/1967 Issues*, p. 28.

W. Weatherhead (New York: Praeger, 1964), pp. 109-204; Benno Galjart, in "Class and 'Following' in Rural Brazil", *América Latina*, VII (July-September 1964), 3-24, ressalta os aspectos tradicionais e mutuamente competitivos das ligas camponesas.

¹² O tratamento mais amplo de todo o processo de crescimento do ativismo rural encontra-se em Neale Pearson, *Small Farmer and Rural Worker Pressure Groups in Brazil* (Ph. D. thesis, University of Florida, 1967).

¹³ *Anuário Estatístico do Brasil* — 1966, p. 535.

¹⁴ Duas coletâneas de artigos sobre as eleições de 1962, nos níveis local, estadual e nacional, são o número de janeiro de 1964 da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (n.º 16), e Themistocles

funondest

Em termos de capacidade política, o aumento de mobilização social e, mais tarde, a queda do crescimento econômico ampliaram as exigências feitas à capacidade distributiva do governo no tocante a bens, serviços e pagamentos.

Em resposta a estas exigências e num esforço populista de angariar maior apoio, o governo Goulart aumentou os gastos do governo. A percentagem do produto interno bruto (PIB) destinada a cobrir as despesas do governo federal — custos operacionais da burocracia, subsídios e transferências — elevou-se de 10,9, em 1959, para 14,4, em 1963.

No entanto, ao mesmo tempo, as receitas do governo, que, de 1955 a 1959, haviam subido de 17 a 23% do PIB, caíram para 20% por volta de 1963. Assim, no vocabulário de Almond e Powell para designar a capacidade governamental, podemos caracterizar a situação brasileira em 1962-1964, dizendo que a capacidade do governo de "extrair" recursos, como rendas, por exemplo, estava declinando, enquanto aumentavam os ônus sobre sua "capacidade distributiva".¹⁶

Uma das conseqüências foi o rápido aumento do déficit orçamentário do governo, que acelerou a inflação.¹⁷ A inflação brasileira, que sempre fora crônica, tornou-se aguda a partir de 1961, quando os preços se elevaram cerca de 50% em 1962, 75% em 1963 e estavam subindo a uma taxa anual de cerca de 140% nos três meses anteriores ao colapso do governo de Goulart (cf. Figura 6.2).

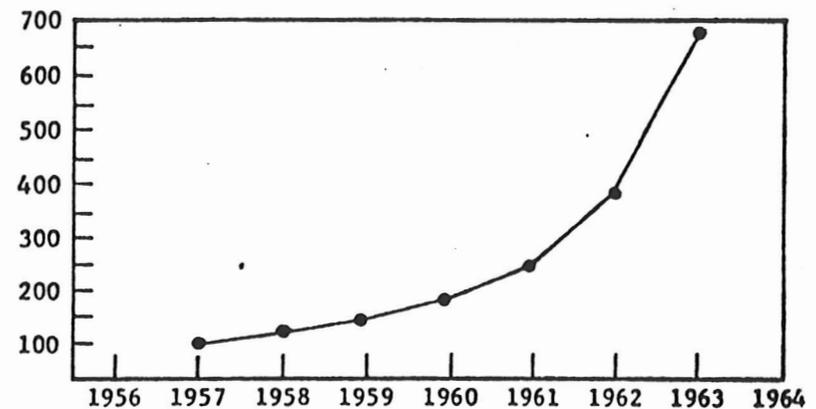


FIG. 6.2 Índice de Preços do Custo de Vida, 1957-1963.

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics: Supplement to 1966/1967 Issues*, p. 27.

Cavalcanti e Reisky Dubnic, eds. *Comportamento Eleitoral no Brasil* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, janeiro de 1964).

¹⁶ Cf. Joel Bergsman, *Brazil's Industrialization and Trade Politics* (Berkeley: University of California, Brazil Development Assistance Program, versão preliminar, February 1969), pp. 73-74. As cifras de Bergsman são tiradas de EPEA, *Diagnostico Preliminar, Finanças Publicas*, Ministério do Planejamento, Rio de Janeiro, dezembro de 1965 (mimeografado) e da Fundação Getúlio Vargas.

¹⁷ Para suas definições de "capacidade extrativa" e "capacidade distributiva", cf. Almond e Powell, *Comparative Politics*, pp. 195-198.

¹⁸ Não cabe discutir aqui se a inflação no Brasil era completamente "monetária" na origem, em oposição à "estrutural". Por exemplo, a produção de trigo por hectare caiu de 816 kg,

Este brusco aumento dos preços desencadeou disputas salariais cada vez mais ásperas e tendeu a aprofundar a hostilidade das classes médias em relação à classe trabalhista e ao governo. Muitos elementos das classes médias perceberam que seus próprios níveis salariais não poderiam acompanhar a inflação, e muitas vezes responsabilizaram as greves pela elevação dos custos e o próprio governo por submeter-se às exigências da classe trabalhadora. A combinação da taxa de crescimento *per capita*, em 1963, e o excesso de inflação transformou o jogo de totais múltiplos do governo Kubitschek num jogo de soma nula, onde cada ganho do trabalhador mediante uma greve era considerado perda para os outros grupos.

Os militares se viram profunda e ambivalentemente envolvidos no síndrome inflação-greve-inflação. As greves engendraram um aumento de violência, e os militares foram muitas vezes solicitados a proteger os grevistas contra governos estaduais ou empregadores hostis e, em alguns casos, para proibir a greve. Entre os militares generalizou-se a crença de que o estímulo do governo às greves e a concessão de grandes aumentos salariais contribuíram para a inflação, a violência e a erosão de seu próprio *status* e salários. Os periódicos militares, em número crescente, reclamaram da inflação e da ameaça que ela representava.¹⁸ Caracteristicamente, seus artigos tentaram documentar o declínio do salário real militar em relação a outros grupos, especialmente os sindicatos trabalhistas.¹⁹

Foi particularmente importante o significado político da reação militar à inflação, porque os militares passaram a identificar os sindicatos e a política de mobilização como o fator mais responsável. Podemos ver um exemplo desta mentalidade em mudança num dos mais importantes documentos da revolução militar de abril de 1964, *Documento LEEX*.²⁰ Neste documento, os sindicatos militantes, com seus aliados "comunistas", são criticados especificamente, por terem criado a inflação que estava desmoralizando o Exército:

As Forças Armadas lamentam os processos ardilosos de desmoralização que as ameaçam em consequência das relações danosas entre os sindicatos e os comunistas — que até algumas autoridades do governo chamam de Quinto Exército.

Como resultado de políticas salariais demagógicas e anárquicas, criou-se na sociedade um novo e privilegiado grupo, com grande prejuízo de muitas outras pessoas. Devido à inflação galopante e aos insuficientes ajustes salariais, novas privações e abusos foram impostos aos militares.²¹

em 1950, para apenas 625 kg em 1960. Isso provocou, da parte do governo, a necessidade política de assumir os subsídios às importações de trigo. O objetivo foi impedir que o preço do pão subisse criticamente. E claro, isto constituía uma fonte estrutural de inflação, que tinha origem essencialmente no setor agrícola do Brasil. No entanto, permanece válido o fato de que o governo estava distribuindo mais do que podia financiar. As cifras do governo mostram também um declínio, neste período, da produtividade por hectare dos dois gêneros principais da alimentação da classe baixa: arroz e feijão preto. Cf. Baer, *Industrialization*, Quadro 7-3, p. 154.

Para um levantamento da literatura referente às causas e efeitos da inflação na América Latina, cf. Werner Baer, "The Inflation Controversy in Latin America: A Survey", *Latin American Research Review*, XI (Spring 1967), 3-25.

¹⁸ Cf., por exemplo, "Inflação e Salários", *Revista do Clube Militar*, n.º 163 (1963), pp. 10-11 e "O 'Affaire' Vencimentos", na mesma edição, pp. 8-9.

¹⁹ Cf. o minucioso artigo do capitão-de-conveta José Augusto Didier Barbosa Vianna, "Vencimentos dos Militares", *Boletim do Clube Naval*, n.º 176 (4.º trimestre, 1963), pp. 121-134.

²⁰ Significativamente, *LEEX* quer dizer *Lealdade ao Exército*. O documento foi publicado clandestinamente no final de janeiro ou começo de fevereiro de 1964. Cópia de posse do autor.

²¹ *Documento LEEX*.

A sensação de crise do sistema econômico intensificou-se diante de alguns indícios de que o processo de industrialização não estava simplesmente sofrendo um declínio temporário, mas, na verdade, estava enfrentando um possível declínio secular. Argumentou-se que o processo de substituição das importações, que se constituía num ingrediente vital da rápida industrialização do Brasil na década de 50, estava chegando ao ponto de "saturação" no começo da década de 60.²² Além disso, a estagnação das exportações brasileiras contribuiu para sérias dificuldades do comércio exterior e para uma restrição das importações.²³

A pressão sobre a economia brasileira se intensificou porque coincidiu com um declínio na capacidade de extrair recursos da esfera Internacional, pois tanto os recursos privados²⁴ como os públicos²⁵ deixaram de fluir, como forma de repressália e devido à preocupação com a inflação, o nacionalismo econômico e a radicalização política. Em meados de 1963, o governo dos Estados Unidos começou a reduzir os contratos novos de ajuda para o desenvolvimento com o governo brasileiro. Em 1963, as obrigações de pagamento de dívidas eram tão alarmantes que o Ministro da Fazenda, num relatório ao gabinete, dizia que a amortização e os juros já programados para os anos de 1963-1965 montavam a 1,8 bilhões de dólares, ou seja, cerca de 43% das receitas de exportação esperadas para aquele período.²⁶

O DECRÉSCIMO DA CAPACIDADE DE CONVERTER REIVINDICAÇÕES EM PROGRAMAS DE GOVERNO: MODELOS FRAGMENTADOS DE APOIO

No princípio da década de 1960, os políticos brasileiros falavam constantemente da crise do sistema que o país estava enfrentando por causa do aumento do nível de reivindicações e da diminuição da capacidade do sistema econômico de satisfazê-las. A consciência da crise e a necessidade de uma ação corretiva poderia ter resultado na criação de novas formas de apoio político a um governo que tentava executar uma política de desenvolvimento.²⁷ Entretanto, no Brasil, o sistema político se caracterizava por uma agregação de apoio relativamente fraca; isto é, havia uma conversão

²² Um influente artigo que apresenta esta tese é o de Maria Conceição Tavares et al., "The Growth and Decline of Import Substitution in Brazil", *Economic Bulletin for Latin America*, IX (March 1964), 1-59.

²³ Este declínio se devia, em parte, a uma deterioração nos termos de troca. Nathaniel Leff argumenta que se devia também a uma discriminação *de facto* contra as exportações, decorrente da aceitação, pelos políticos brasileiros, de uma teoria de comércio de "excedente de exportação". Cf. seu trabalho "Export Stagnation and Autarkic Development in Brazil, 1947-1962", *Quarterly Journal of Economics*, LXXXI (May 1967), 286-301, e seu "Import Constraints and Development: Causes of Recent Decline of Brazilian Economic Growth", *Review of Economics and Statistics*, XLIX (November 1967), 494-501.

²⁴ O capital privado também reagiu de forma negativa à lei de remessa de lucros de 1962. Werner Baer estima que a entrada de capital privado estrangeiro diminuiu de 108 milhões de dólares, em 1961, para 71 milhões em 1962 e 31 milhões em 1963. Cf. Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil*, p. 200.

²⁵ Uma importante negociação para um empréstimo do FMI fracassou em junho de 1963. Um relato das negociações de ajuda entre os Estados Unidos e o Brasil em 1963 é fornecido pelo então embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Roberto Campos, in Alberto Dines et al., *O Mundo depois de Kennedy* (Rio de Janeiro: José Álvaro, 1965), pp. 114-121. Um exemplo da desconfiança básica que o governo norte-americano nutria em relação ao presidente Goulart encontra-se no testemunho de Lincoln Gordon, U.S. Congress, Senate, *The Nomination of Lincoln Gordon to be Assistant Secretary for Inter-American Affairs*. Hearings before the Committee on Foreign Relations, Senate, 89th Congress, 2nd sess., February 7, 1966.

²⁶ O relatório do Ministro da Fazenda foi publicado pelo *Correio da Manhã*, 5 de julho de 1963, citado em Skidmore, *Politics in Brazil*, p. 257.

²⁷ Cf. Easton, *Systems Analysis*, cap. 10, "Support as an Input of Systems", para uma abordagem elaborada deste ponto.

relativamente baixa das reivindicações em programas que contassem com apoio suficientemente forte.

Na prática, isto significou que o executivo teve de enfrentar várias reivindicações bem articuladas, que ele não pôde converter num programa desenvolvimentista apoiado por uma combinação de poder que pudesse contar com o apoio mínimo necessário para executar o programa. Ilustrativa da debilidade do apoio reunido em torno do executivo foi a resposta ao conjunto de problemas relacionados com a inflação e as dificuldades com o balanço de pagamentos. Entre os principais grupos e protagonistas políticos, havia um desejo generalizado de um programa que mino- rasse a inflação e aliviasse a redução do comércio exterior. No entanto, esta reivindica- ção não se transformou num conjunto de programas políticos beneficiados por um apoio firme. Já no início da década de 1950, cada governo elaborara seu programa de estabilização. O "Plano Aranha" no governo de Vargas, em 1953-54; o "Plano Lopes-Campos", em 1958-59, época de Kubitschek; um outro plano no governo de Jânio Quadros; e, finalmente, o "Plano Dantas-Furtado", em 1963, no governo de Goulart, todos tentaram introduzir políticas de estabilização. Cada um deles foi abandonado, quando o presidente se viu incapacitado de obter apoio para executá-los. Conseqüentemente, os presidentes se curvaram diante dos grupos de interesse e das reivindicações setoriais que destruíram qualquer programa coerente de estabilização.²⁸ Robert Daland, em seu estudo comparado dos planos brasileiros de desenvolvimento, escreveu:

O Brasil não dispõe de instituições políticas que possam desempenhar com eficiência a função de unificar interesses diversos... Uma conseqüência desta situação política básica é a incapacidade do sistema de criar apoio político importante para qualquer política ou líder nacional através dos mecanismos do processo democrático das eleições e comportamentos afins, tal como dispõe a Constituição brasileira.²⁹

Se quisermos ir até as raízes destas fracas instituições de agregação, precisamos considerar rapidamente uma importante fonte potencial de unificação de interesses — o sistema partidário. Antes da revolução de 1964, os dois congressos mais poderosos da América Latina eram o brasileiro e o chileno. O brasileiro detinha importante poder de veto em questões estruturais básicas, como reforma agrária, reforma tributária, reforma constitucional e a concessão do voto a analfabetos. Além disso, sua capacidade de atribuir uma soma maior de fundos além daquela exigida pelo executivo, converteu-o num órgão central em qualquer tentativa de estabelecer prioridades para planos de desenvolvimento ou para a execução de um programa de estabilização fiscal. Assim, em qualquer agregação significativa de interesses e de apoio a um programa de reforma que haja no Brasil, o sistema político-partidário, especialmente no nível parlamentar, constitui um componente básico deste apoio.

Contudo, desde 1945, o sistema partidário nunca realizara esta função com eficiência,³⁰ e havia indícios de que, no período de crise da década de 1960, esta

²⁸ Para uma descrição de cada plano e uma introdução bibliográfica, cf. Robert T. Daland, *Brazilian Planning: Development Politics and Administration* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1967). Fornece uma análise muito boa da articulação das reivindicações e do fracasso total em reunir apoio o "Plano Dantas-Furtado", o que o levou ao colapso; cf. pp. 157-170.

²⁹ *Ibidem*, p. 197.

³⁰ A análise mais completa das estruturas e funções dos partidos, podemos encontrá-la em Phyllis Peterson, *Brazilian Political Parties: Formation, Organization, Leadership, 1945-59* (Ph. D. diss., University of Michigan, 1962).

eficiência diminuiu ainda mais. A partir de 1945, nenhum partido isolado aumentou significativamente sua percentagem de votos, a não ser através de alianças. De fato, a percentagem de votos que resultava destas alianças entre partidos crescia a cada eleição para o Congresso (cf. Tabela 6.1). A expansão das alianças partidárias teve, a curto prazo, um efeito desagregador sobre qualquer programa que os partidos pudessem defender ao nível nacional, porque estas alianças, muitas vezes, eram feitas tão-somente no plano local ou estadual, com o único propósito de conseguir cadeiras no Congresso. Os partidários que, no nível nacional, propugnavam políticas diferentes, no plano local constituíam alianças temporárias. Estas alianças "eram tão variadas que se podia encontrar, em um Estado ou outro, quase toda combinação possível de partidos... [Em 1962], por exemplo, o PSD e a UDN fizeram alianças nas eleições para o Congresso em três Estados, o PSD e o PTB em dois, e a UDN e o PTB em outros dois".³¹

TABELA 6.1
AUMENTO DAS ALIANÇAS ELEITORAIS NAS
ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO, PERCENTAGEM
DOS VOTOS DOS PRINCIPAIS PARTIDOS; 1945-1962

	PSD	UDN	PTB	Alianças Partidárias
1945	42,3	26,3	10,1	—*
1950	22,2	14,0	13,6	16,7
1954	22,0	13,6	14,9	25,7
1958	18,4	13,2	14,7	33,3
1962	15,6	11,2	12,1	41,0

FONTE: Ronald Schneider, "Election Analysis", in *Brazil Election Factbook; Number 2, September 1965*, by Charles Daugherty, James Rowe, Ronald Schneider (Washington: Institute for the Comparative Study of Political Systems, 1965), p. 60.

* Em 1945, não foram permitidas alianças eleitorais.

Normalmente, as alianças se desfaziam logo após as eleições e não apresentavam qualquer conexão com a agregação de apoio a qualquer programa. Por exemplo, nenhuma das 26 alianças partidárias feitas para disputar as eleições de 1958 perdurou. Nenhuma esteve entre as 32 alianças realizadas nas eleições de 1962.³² Esta contínua expansão de alianças partidárias temporárias dificultou cada vez mais tomar os deputados responsáveis ou diante do partido ou dos desejos do eleitorado, e se caracterizou como um processo de "progressiva inautenticação".³³

Dentro do sistema partidário, a principal fonte de agregação na década de 1950, nos governos de Vargas e de Kubitschek, foi uma difícil coalizão entre os senhores rurais e os empresários nacionalistas do PSD e os líderes trabalhistas urbanos do PTB. O cientista político brasileiro, Hélio Jaguaribe, ao formular os vários

³¹ Schneider, "Election Analysis", p. 64.

³² Pompeu de Souza, "Eleições de 1962: Decomposição Partidária e Caminhos da Reforma", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 16 (Janeiro de 1964), 10-11.

³³ *Ibidem*, p. 7.

modelos possíveis de crescimento brasileiro, definiu esta coalizão como "um partido de desenvolvimento", e deduziu que se tratava de uma parte intrínseca responsável pelo êxito do pragmático "modelo neobismarckiano", que ele considerava ser o mais apropriado para o desenvolvimento do Brasil.³⁴ A crescente radicalização (de esquerda e de direita) dentro do governo brasileiro, e as atitudes diferentes do PTB e do PSD no tocante às greves industriais e especialmente quanto à reforma agrária (com seus aspectos emocionais, tais como sindicalização rural, invasão de terras e alteração da Constituição, a fim de permitir a expropriação da terra sem indenização prévia em dinheiro), fragmentou ainda mais esta fonte principal de agregação. Em 1960, estes dois partidos aliaram-se em 8 dos 11 Estados em que se realizaram eleições para governador. Em 1962, eles não fizeram qualquer aliança nas 11 eleições para governador.³⁵

Não só os padrões de agregação e de apoio existentes no Brasil eram fracos, como também muitas das principais mudanças estruturais que estavam ocorrendo, tais como a industrialização urbana em São Paulo³⁶ e as ligas camponesas,³⁷ eram, no plano político, altamente fragmentadas e personalistas, e não podiam, portanto, fornecer base sólida de apoio a um programa de governo.

A CRESCENTE RETRAÇÃO DA CONFIANÇA CIVIL NO REGIME POLÍTICO

Embora existissem, no princípio de 1964, grandes pressões sobre o sistema político, a crise só se tornou total, pondo em questão a estrutura constitucional e democrática do governo, quando surgiu, tanto entre os políticos de esquerda como os de direita, a crença generalizada de que o sistema era inoperante.³⁸ Para

³⁴ Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* (Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962), pp. 83-84, 101.

³⁵ Ronald Schneider, "Election Analysis", p. 66. Cf. também Skidmore, *Politics in Brazil*, pp. 229-233.

³⁶ Em São Paulo, a rápida industrialização estava relacionada, de forma negativa, com a agregação partidária programática. São Paulo fora o berço do mais importante partido populista e personalista do Brasil depois de 1945, o PSP (Partido Social Progressista). O Estado também constituiu um caso extremo de proliferação de partidos. Em 1962, por exemplo, a representação paulista na Câmara Federal estava fragmentada; as 59 cadeiras de deputados estavam divididas entre 11 partidos, dos quais o maior tinha apenas 9 representantes e o sexto na escala contava cinco deputados. Esta tendência para a fragmentação vinha crescendo continuamente desde 1954. Cf. Oliveiros S. Ferreira, "A Crise de Poder do 'Sistema' e as Eleições Paulistas de 1962", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 16 (Janeiro de 1964), 176-226, esp. p. 21.

³⁷ As ligas muitas vezes lutavam diretamente para obter alguns serviços do governo, tal como um ambulatório médico a ser instalado na área, ou um posto de experimentação agrícola. Além disso, nos termos da lei trabalhista, o governo podia conceder reconhecimento oficial a apenas um sindicato em cada setor geográfico, estabelecendo deste modo grande concorrência dentro do conjunto do movimento. Consideradas sob esta luz, as ligas camponesas não eram um novo movimento de unificação de classes que dava apoio a padrões coerentes de reforma. Ao contrário, eram congruentes com o padrão global do sistema, que se caracterizava por uma elevada articulação, mas baixa agregação de reivindicações. Um observador da UNESCO ressaltou este aspecto e concluiu que as ligas camponesas eram o equivalente funcional dos "capangas" dos tradicionais líderes rurais do século XIX, os coronéis. Cf. Galjart, "Class and 'Following' in Rural Brazil": cf. também Alfred Stepan, "Discussion: The Middle Classes in Latin America", *New Politics* IV (Spring 1965), pp. 87-90.

³⁸ No período de 1964 a 1968, o Uruguai atravessou dificuldades econômicas muito piores; mas a crença bem mais sólida no sistema político possibilitou sua sobrevivência. Por exemplo, nos doze meses entre 30 de junho de 1966 a 30 de junho de 1967, os preços subiram 64,5%. Nos doze seguintes, subiram 182,6%. Então, de 30 de junho de 1968 a 30 de junho de 1969, o regime vigente reuniu todas as suas forças e reduziu a taxa a uma cifra espantosamente

o fracasso de: qualquer regime democrático, as atitudes e as crenças da oposição leal e dos seus partidários são, usualmente, mais decisivos para a sua sobrevivência do que as crenças e atos da oposição desleal.³⁹ Significativamente, os mais capacitados a defender o regime — os dois últimos presidentes antes do colapso de 1964 — Jânio Quadros e João Goulart — estavam pessimistas quanto às probabilidades de funcionamento efetivo do sistema político, e pode-se mesmo afirmar que ambos trabalharam mais firmemente para mudar o regime do que para realizar metas dentro dos limites da estrutura existente.⁴⁰ De fato, Jânio Quadros renunciou na esperança de conseguir um mandato gaullista para executar importantes reformas de estrutura. Seu sucessor, João Goulart, freqüentemente falava da sua impotência para governar o país e, na verdade, segundo parece, permitiu que alguns problemas piorassem tanto a fim de reforçar sua afirmação de que o sistema exigia uma mudança básica.⁴¹

Além da ambigüidade presidencial quanto à eficiência do sistema político, o perigo de uma guerra civil que esteve iminente após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a ascensão de Goulart à presidência aumentou enormemente a mobilização das forças no país, tanto de esquerda quanto de direita. Em ambos os grupos, o episódio da renúncia de Jânio reforçou o sentimento de que o Brasil estava ingressando numa etapa revolucionária que exigia uma nova ordem política. Políticos da esquerda e da direita fizeram tentativas de solucionar a crise política utilizando meios extraparlamentares. A diminuição dos poderes da presidência antes de Goulart assumir o cargo foi, em essência, um ataque ao regime, desfechado por civis e militares centristas e conservadores. Muitos reformadores democráticos de esquerda frustrados, anteriormente favoráveis ao regime, mudaram de posição, argumentando que a reforma só poderia ser executada através de pressão maciça e de democracia plebiscitária, ou mesmo através da revolução. Leonel Brizola, um dos conselheiros do presidente Goulart, aventou a necessidade de formar grupos armados clandestinos (os grupos das onze). Os conservadores se prepararam para se defender pela força. Na zona rural, os senhores de terra se armaram, preparando-se para a guerra civil.⁴² Nas cidades, especialmente em São Paulo, proliferaram grupos de vigilância, de tendência direitista.⁴³

Esta sensação de que o regime estava condenado e de que o Brasil estava à beira da revolução dominou grande parte do diálogo político no período de 1961 a 1964. O nacionalista autoritário de direita, Oliveiros S. Ferreira, influente colunista

baixa, 7,8%. (Mesmo o "capital político" do Uruguai pode exaurir-se rapidamente, entretanto, se a economia não sofrer reformas básicas.) Cf. "Uruguay: Un Éxito a Medias", *Economist para América Latina* (Agosto 6, 1969), p. 30

³⁹ Este ponto é tratado por Juan Linz, em "The Breakdown of Democratic Regimes" (trabalho preparado para o Sétimo Congresso Mundial de sociologia, Varna, Bulgária, 14-19 de setembro de 1970).

⁴⁰ A reação quase unânime dos conselheiros mais chegados de Jânio Quadros à sua renúncia repentina foi uma profunda indignação, sobretudo por terem sido frustradas as medidas que eles achavam que poderiam ser tomadas dentro dos limites do quadro político existente. Discussões com Cândido Mendes, New York, Primavera de 1965. Cândido Mendes foi um conselheiro do presidente Jânio Quadros. Do mesmo modo, Goulart abandonou o Plano Furtado de desenvolvimento e várias outras medidas políticas por não tentar executá-las sistematicamente.

⁴¹ Para um exemplo particularmente marcante da ênfase que Goulart colocou em sua fraqueza, cf. a entrevista que ele próprio concedeu a *Manchete*, 30 de novembro de 1963.

⁴² Um interessante artigo sobre a evolução da idéia da necessidade de mudança revolucionária violenta, entre a esquerda universitária católica, encontra-se em Thomas G. Sanders, "Catholicism and development: The Catholic Left in Brazil", in *Church and States: The Religious Institution and Modernization*, ed. Kalman Silvert (New York: American Universities Field Staff, 1967), pp. 81-99.

⁴³ Numa entrevista com ex-membros de um grupo de vigilância paulista, eles afirmaram que já no início de junho de 1963 promoviam freqüentes reuniões fechadas e começavam a armar-se.

de O Estado de São Paulo, poucos meses antes do movimento de 1964, argumentava caracteristicamente:

(...) se abrisse no país, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, uma crise de regime — talvez a mais grave de toda a História republicana — e (...) o vácuo no poder dela decorrente deveria ser preenchido sob pena de mergulharmos no caos da guerra civil. A questão que se colocou a todos os homens lúcidos, desde a renúncia, foi como superar a crise, isto é, que concepção do processo histórico, que tipo de organização e que forma de associação popular deveriam substituir-se às concepções, partidos e regime que se haviam mostrado incapazes de resolver (...) os graves problemas da nacionalidade.⁴⁴

Celso Furtado, proeminente membro da esquerda democrática reformista, primeiro diretor da SUDENE e principal autor do Plano Trienal de Desenvolvimento, formulado em 1963 para Goulart, escrevendo antes da revolução, também descreveu a situação como uma crise do regime:

O impasse em que se encontra a economia do país, submetida a uma série de estrangulamentos estruturais, é por sua natureza uma situação instável. As forças primárias do desenvolvimento — crescimento da população, a urbanização, as aspirações de bem-estar (...) se estão acumulando como a energia potencial das águas de um rio barrado. A ação perturbadora dessas forças primárias tende a aumentar com a redução da taxa de crescimento da economia. Vimos que esta redução levou a uma exacerbação do processo inflacionário, o que indica que aquelas forças estão buscando uma saída através de um esforço que se torna cada vez mais estéril. Entretanto, às tensões criadas por essas forças barradas é que se deve a tomada de consciência, por amplos grupos, de que o desenvolvimento enfrenta obstáculos estruturais que transcendem a capacidade de ação dos atuais grupos dirigentes (...) Situações dessa ordem conduzem, quase necessariamente, à ruptura do equilíbrio de forças existentes e à superação dos métodos políticos convencionais.⁴⁵

Uma análise dos editoriais da imprensa, no período que antecede o movimento de 1964, revela que a crise era essencialmente uma crise de regime, em comparação com as anteriores de 1945, 1954, 1955 e 1961, todas relativas às pessoas dos governantes. Antes desses últimos movimentos, o principal tema dos editoriais era a ilegitimidade do chefe do executivo. Naturalmente, este elemento também esteve presente na crise de 1964. Mas os editoriais expressaram com maior ênfase o temor de desintegração social e de "subversão" política. Havia um tom de pânico, ausente nos outros anos.

O *Jornal do Brasil*, por exemplo, vociferava: "O Estado de direito soçobrou no Brasil", e acentuava que foi em situações dessa ordem que emergiram "revoluções como a da Rússia em 1917"⁴⁶. O *Diário de Pernambuco* publicava um artigo, intitulado "Frutos da Loucura Coletiva", e advertia que o Brasil atravessaria uma hora de

⁴⁴ Oliveira S. Ferreira, *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução* (Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964), pp. 13-14. O próprio Ferreira participou ativamente de um grupo civil-militar que

⁴⁵ Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964), p. 139.

⁴⁶ Editorial de primeira página, 29 de março de 1964.

"desolação", a menos que a situação fosse basicamente alterada⁴⁷. Até mesmo o moderado *Correio da Manhã*, temia que, a cada novo instante, "a indisciplina se tornasse incontrolável" e, com ênfase apocalíptica, notificava que era impossível "continuar com o caos reinante em todas as áreas"⁴⁸.

Diversos são os índices que revelam o regime em crise. O número de civis armados, tanto de direita, como de esquerda, tornara-se muito mais alto do que o dos grupos precedentes entre 1945 e 1964. (O único armamento civil, comparável, fora o que precedera a crise do regime, no fim da República Velha em 1930.) Conforme eu explico em detalhe, mais adiante, o movimento de 1964, também precedido por uma crise de autoridade dentro das Forças Armadas e motins, entre os homens engajados.

Um outro sintoma foram as mudanças rápidas: eleições, plebiscitos e tentativas extraparlamentares para modificar as regras políticas do jogo⁴⁹. Normalmente no Brasil, a eleição presidencial ocorria de 5 em 5 anos e era a única contestação política em que o poder nacional ia para a balança.

Nos 3 anos e meio, entre outubro de 1960 e março de 1964, contudo, o país foi tumultuado por 6 grandes contestações políticas, todas relativamente inconclusivas. Estas tiveram início com a eleição do presidente em outubro de 1960, seguindo-se a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, e a "quase" guerra civil, que foi resolvida, quando Goulart aceitou a presidência sob uma nova forma de governo, o parlamentarismo, com o primeiro-ministro à testa do executivo. Vieram depois as violentas e disputadas eleições para o Congresso e para governador, em 1962, a longa e áspera campanha do presidente Goulart pelo plebiscito a fim de restabelecer os antigos poderes presidenciais e, finalmente, o próprio plebiscito, em janeiro de 1963. Em outubro deste ano, o presidente Goulart solicitou ao Congresso poderes para governar sob estado de sítio. Finalmente, em março de 1964, ocorreu uma campanha em prol de "reformas de base", com a ameaça implícita de fechar o Congresso e realizar um novo plebiscito.

A atmosfera que culminou na crise civil-militar de 1964 era fundamentalmente diferente da que precedeu as crises de 1945, 1954 e 1955. Um dos aspectos básicos das relações entre civis e militares anteriores a 1964 residia na crença, generalizada entre os civis e militares influentes, de que o conjunto dos grupos políticos civis poderia governar dentro da estrutura constitucional parlamentar e que as reivindicações políticas decorrentes das mudanças sociais e econômicas poderiam ser transformadas pelo sistema político em produtos aceitáveis. Foi este um elemento essencial na devolução do poder executivo aos civis após os golpes militares de 1945, 1954 e 1955 e a manutenção de um limite para a atividade militar.

Na crise civil-militar de 1964, no entanto, foi posta em questão a adequação, a eficácia e a legitimidade do sistema político em termos de enfrentar o desafio do desenvolvimento. Foi a crença na adequação e eficácia das instituições civis existentes que entrou em desintegração nos anos que antecederam 1964, especialmente depois de 1961. O sentimento de que o sistema político era incapaz de satisfazer as reivindicações e de que a legitimidade do regime constitucional estava declinando solapou um elemento fundamental do padrão das relações entre civis e militares que existira desde 1945. A mudança no padrão das relações entre civis e militares estava, assim, intrinsecamente ligada a transformações no sistema político global do qual os militares são parte integrante.

⁴⁷ Editorial de 31 de março de 1964.

⁴⁸ Editorial de 31 de março de 1964.

⁴⁹ Juan Diniz, em seu jornal "The Breakdown of Democracy in Spain", trata este crescimento da atividade política, como um sinal característico associado à falência dos regimes democráticos.

Capítulo 7

O Impacto das Crises Políticas e Econômicas sobre as Forças Armadas: Expansão dos Temores Institucionais, 1961-1964

INTRODUÇÃO

A sensação de crescentes crises políticas e econômicas e a mobilização de grupos até então marginalizados ou pouco representados na política tiveram efeitos profundamente divisórios sobre a política brasileira no período de 1961 a 1964. Tiveram também conseqüências profundamente divisórias sobre os militares em termos de instituição. A crise econômica, novas táticas de cooptação dos militares, a tomada de consciência política das praças dentro das Forças Armadas e o desenvolvimento de novas ideologias em seguida ao êxito da revolução cubana, tudo isso contribuiu para tornar a instituição militar mais insegura e autoritária. Um número cada vez maior de oficiais passou a desenvolver atitudes que já não se harmonizavam com o padrão moderador das relações entre civis e militares.

Grande parte dos processos que imperavam no Brasil, no período de 1961 a 1964, tais como as campanhas de alfabetização de adultos (das quais a mais importante era o MEB, Movimento de Educação de Base), o despertar e a organização política dos camponeses e a evolução que tiveram os sindicatos da condição de cooptados na estrutura corporativa do Estado estabelecida por Vargas para uma situação onde contavam com maior autonomia política, eram aspectos estimulantes e basicamente salutares de desenvolvimento político. Nada havia de extraordinário em que estas mudanças fossem aceitas pelos militares. Outra instituição relevante e essencialmente cautelosa, a Igreja, partindo de uma posição que estava à direita dos militares no final da década de 50, abraçava e defendia muitas destas tendências, aproximando-se coerentemente da esquerda.¹ Contudo, as Forças Armadas como instituição se sentiram ameaçadas e passaram a hostilizar todo e qualquer estilo de mobilização política. Depois do movimento de 1964, os governos militares usaram seus novos poderes para reprimir todas as tendências mencionadas. Conseqüentemente, os militares se mudaram mais para a direita da posição que ocupavam no final da década de 1950. Por que os militares reagiram à mudança deste modo?

Coerentes com a política tradicional, as crises que ocorreram de 1961 a 1964 determinaram tentativas, da parte de todos os principais atores políticos, de chamar as Forças Armadas, ou grupos militares, para seu lado a fim de resolver problemas

¹ Não é preciso dizer que a Igreja, tal como o Exército, não é uma instituição monolítica. Refiro-me aqui apenas a mudanças no centro de gravidade de cada instituição. A Igreja continua a ter muitos membros da direita e reacionários ativos. Luigi Einaudi, Michael Fleet, Richard Maullin e eu analisamos a recente evolução da Igreja latino-americana em nossa obra *Latin American Institutional Development: The Changing Catholic Church* (Santa Monica, California: The RAND Corporation, RM-6136-DO5, October 1969).

e fortalecer suas bases de poder. Tanto a esquerda como a direita tentaram sensibilizar as Forças Armadas mais profunda e sistematicamente do que em períodos anteriores. Na direita, por exemplo, os grupos de empresários anticomunistas, como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPÊS (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), mais intelectualizado, empregaram ex-oficiais numa tentativa de influenciar os oficiais da ativa. De 1962 a 1964, o IPÊS contratou com ex-oficiais um sistema de inteligência que controlasse a influência "comunista" sobre o governo e distribuisse suas informações clandestinamente, numa base regular, a todos os oficiais militares importantes em todo o Brasil. Segundo estimativas próprias, o IPÊS gastou de 1 a 1,5 milhão de cruzeiros por ano nesta rede de coleta e distribuição de informação.² Também a esquerda procurou os militares a fim de melhorar sua própria posição política e aumentar suas bases de poder.

Este processo de politização se coadunava com as regras da política, tal como existiam tradicionalmente no Brasil. Contudo, estas tentativas de politizar os militares transformaram-se, a longo prazo, em destruição dos antigos padrões das relações entre civis e militares, e isso porque os militares sentiram, no processo, pela primeira vez, uma ameaça à sua própria integridade institucional. Especialmente significativo foi o surgimento do receio de que a política tivesse atingido um estágio tal de radicalização e de que os partidos e grupos políticos estivessem tão fragmentados que nenhum grupo dentro do governo teria competência para governar o país. A retórica de mobilização e radicalização, que surgiu com o advento da revolução cubana, era temida por muitos oficiais brasileiros como o prelúdio da destruição do exército regular. A crescente politização das praças, especialmente dos saíngentos, intensificou esta apreensão entre a oficialidade e era vista como uma ameaça à disciplina militar. Finalmente, muitos oficiais temiam que houvesse atingido proporções alarmantes o uso indiscriminado de critérios políticos para promoções no Exército, a fim de criar uma força armada leal ao presidente, fator então constante entre os militares brasileiros. Para muitos, isso punha em perigo não só a estrutura hierárquica dos militares e as expectativas de carreira pessoal dos oficiais, mas também tendia a destruir o papel apartidário do próprio militar.

Todos estes fatores contribuíram para desenvolver, dentro do quadro de oficiais, atitudes que não mais condiziam com o tradicional papel moderador dos militares. A crença de que nenhum grupo político tinha competência para governar, a apreensão da política de mobilização e a convicção de que ela ameaçava a sobrevivência institucional das Forças Armadas corroeram grande parte das premissas básicas do padrão moderador. De fato, na Escola Superior de Guerra, desenvolveu-se uma ideologia que tanto punha em questão os aspectos estruturais básicos do sistema político quanto previa implicitamente um novo papel político para os militares. O conteúdo desta ideologia e suas implicações para o relacionamento civil-militar são discutidos no capítulo seguinte. Neste capítulo analisamos alguns dos aspectos dos temores Institucionais que se desenvolveram entre os militares no período de 1961 a 1964.

TEMOR DE DESTRUIÇÃO DO QUADRO DE OFICIAIS: O IMPACTO DE CUBA

Uma característica da revolução cubana que é fundamental para as relações entre civis e militares no Brasil e, na verdade, em outros países latino-americanos

² Entrevista com Glycon de Paiva, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1968. Ele foi diretor do IPÊS de 1962 a 1964 e, na época da entrevista, era vice-presidente do mesmo órgão.

é o fato de terem os líderes revolucionários destruído o exército regular e substituído por uma milícia popular.³ Enquanto o temor da influência castrista tornara os exércitos mais sensíveis à necessidade de reformas que eles consideravam necessárias para imunizar a sociedade contra o "vírus" de Castro, também tornou os militares mais reacios da esquerda radical, que estimula ação de massa, rural e urbana.⁴

Na já turbulenta situação brasileira, o efeito da revolução cubana sobre a esquerda civil foi aumentar sua crença na eficácia das táticas de violência. De qualquer forma, ajudou a arrastar os nacionalistas radicais para a retórica de uma revolução de estilo cubano. Os estudantes ativistas católicos (Ação Popular) fizeram alianças eleitorais com estudantes comunistas após 1959 e viam em Cuba um modelo revolucionário. As ligas camponesas invadiram terras no Nordeste e o cunhado do presidente Goulart, Leonel Brizola, estimulou a formação de células revolucionárias de onze homens armados (os grupos dos onze). Estes grupos não eram comunistas, mas freqüentemente usavam a linguagem e os símbolos de um ataque de estilo castrista à estrutura de poder existente.

A vitória de Castro em Cuba teve um efeito totalmente diferente sobre os militares brasileiros. Enquanto poucos militares acreditavam que Goulart fosse realmente comunista, muitos temiam que fosse um homem fraco que se apoiaria nos comunistas para dar um golpe, e depois não teria forças para controlá-los.⁵ O temor do comunismo de estilo castrista criou um fator novo nas relações entre civis e militares no Brasil — a possibilidade de que um dos principais atores do sistema político pudesse desviar-se das regras já aceitas do jogo, no qual tradicionalmente todos usavam os militares com objetivos políticos, mas nenhum grupo isolado ameaçava destruí-los ou ao seu papel de moderador do sistema político. Aqui a percepção de que estava sendo feita uma ameaça era tão significativa politicamente quanto a realidade de qualquer ameaça desta natureza.⁶

Esta percepção de ameaça enfraqueceu a coalizão entre civis nacionalistas e os militares nacionalistas simpáticos às reformas de esquerda. A existência desta coalizão constituía um fator importante na manutenção do padrão moderador, pois impediu que os militares de direita assumissem um papel de governador, ou suprimissem sistematicamente a esquerda civil. Isto também possibilitou um diálogo entre a esquerda civil e a militar.

³ Os militares não temiam tanto o comunismo como tal. Muitos regimes militares da América Latina, como os do general Pérez Jiménez na Venezuela, Odría no Peru e o do general Rojas Pinilla na Colômbia, no passado haviam coexistido com os comunistas, e de fato haviam utilizado o apoio comunista como arma contra o movimento sindicalista democrático, que os militares consideravam uma ameaça maior que os comunistas. Muitas vezes, o partido comunista emergiu até mais fortalecido ao final do governo militar. Cf. Robert J. Alexander, *Communism in Latin America*, 3.ª edição (New Brunswick: Rutgers University Press, 1963), pp. IX-XIX.

⁴ Aqui a reação dos militares latino-americanos a Castro tinha muito em comum com a da política externa norte-americana — um desejo de rápida modernização defensiva, tal como a que inspirou a Aliança para o Progresso, e simultaneamente a tendência a adotar uma ação mais repressiva contra movimentos radicais, como, por exemplo, a ação dos Estados Unidos na República Dominicana.

⁵ O general Golbery, um dos teóricos principais da Escola Superior de Guerra, da revolução de 1964 e do governo Castello Branco, comentou com o autor que "Jango nunca foi um esquerdista. Era um fazendeiro oportunista. Nem mesmo se assemelhava a Vargas, que era um caudilho manso, ou com Brizola, que era um caudilho tempestuoso. Jango estava tentando servir-se dos sindicatos para seus próprios propósitos, mas os comunistas também estavam se infiltrando no movimento e Jango tentava usá-los". Brasília, 18 de setembro de 1967.

⁶ Os militares espanhóis em 1936 tinham uma imagem semelhante do líder do governo minoritário, Casares Quiroga. Viam-se como o "señorito que estava cego à ameaça de uma revolução maximalista-socialista".

⁷ Após a revolução de 1964, os militares realizaram extensa investigação para descobrir alguma influência comunista. As evidências publicadas até aquela data eram muito pequenas; cf., por exemplo, os quatro volumes bastante teóricos mas factualmente esparsos, publicados pelo

A apreensão dos militares de que sua instituição seria primeiramente dividida pela subversão comunista e depois substituída por uma milícia popular tornou-se um tema cada vez mais dominante nas publicações militares brasileiras depois que Goulart assumiu o poder em 1961.⁷ O Documento LEEEX, que conseguiu aliciar militares moderados para a conspiração contra Goulart, enfatizava o exemplo cubano na primeira página:

Deveríamos lembrar que somente depois que a traição fora consumada em Cuba [pela] extinção virtual de qualquer possibilidade de resistência é que o ditador cubano proclamou a ideologia marxista-leninista da revolução que ele liderava.

Fazia referência específica à destruição da disciplina como prelúdio à destruição do exército regular:

As Forças Armadas não aceitarão o jogo que está sendo feito para dividir as partes componentes das Forças Armadas, para solapar sua disciplina, para destruir sua eficiência e, afinal, para substituí-las por uma versão de um exército vermelho ou de uma milícia cubana.⁸

Um dos mobilizadores originais da revolução, e também um dos primeiros a realmente deslocar tropas contra Goulart, foi o general Carlos Luiz Guedes. Diz ele que, em suas tentativas de 1963 para forjar a unidade entre as tropas do Exército no Estado de Minas Gerais e a polícia militar de Minas, seu argumento mais eficaz para criar a unidade era o temor de que ambas as unidades estavam tomadas da destruição da instituição, se irrompesse uma revolução dominada por comunistas. Ele argumentou:

Os comunistas chegaram à conclusão de que, se dominarem Minas, terão o país à sua disposição. ... Nós [as tropas do Exército e a Polícia Militar de Minas] estamos no mesmo barco. Se acontecer o pior, afetar-nos-á a todos de maneira igual. Para as fileiras superiores, o preço será a própria vida; para os outros, o mínimo que acontecerá é a perda do emprego. Porque os comunistas para impor seu regime terão de destruir tudo o que existe. Surgirá uma milícia "popular"....⁹

ATIVISMO POLÍTICO DOS SARGENTOS E SUAS LIGAÇÕES COM OS SINDICATOS

Uma das áreas principais onde os brasileiros temiam um esfacelamento da hierarquia era ao nível dos sargentos de carreira. Tradicionalmente, os sargentos do Exército não tinham qualificação profissional e eram politicamente inativos. Não eram "manobráveis na esfera política", na luta civil para obter uma base de poder

Inquérito Policial-Militar, n.º 709, *O Comunismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966-1967). O presidente Castello Branco também prometeu um "livro branco" sobre a infiltração comunista no regime de Goulart, mas nunca o produziu.

⁷ Até o final de 1961, a *Revista de Intendência* não publicou nenhum artigo fortemente anticomunista. Do final de 1961 até a revolução, quase toda edição continha um ou mais artigos sobre a ameaça da guerra revolucionária. A mesma tendência nota-se na publicação do Estado-Maior do Exército, *Boletim de Informações*.

⁸ Documento LEEEX, publicado clandestinamente no final de 1963 ou começo de 1964. Cópia de posse do autor. Os grifos são do original. As citações das páginas 1 e 4.

⁹ Declaração de 14 páginas assinadas pelo general Carlos Luiz Guedes, abril de 1965. Encontra-se nos arquivos de *O Estado de São Paulo*. Cópia de posse do autor. Citação extraída da pág. 4.

As linhas do texto
são do
sua de
de no tempo
p. 101
104 pontos
causados
porque
a história
de 19
militares

dentro das Forças Armadas. Entretanto, em consequência da combinação de fatores estruturais e políticos, no final da década de 1950 e início da de 1960, os sargentos tornaram-se cada vez mais influentes e politicamente ativos dentro das Forças Armadas. Até depois da Segunda Guerra Mundial, normalmente, tinham um baixo nível de educação. Profissional e socialmente, não eram muito diferentes da maioria dos soldados. Por outro lado, os oficiais estavam em contato constante com suas tropas no cumprimento de suas obrigações militares, e também participavam dos problemas familiares e pessoais das tropas, solidificando, assim, sua autoridade sobre os soldados através de relações "profissionais" e de "patrono".

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, mais tarde, o tratado de assistência militar com os Estados Unidos determinaram uma injeção de equipamentos sofisticados e *staff work* mais adiantado no Exército brasileiro. Destas tendências resultou que os oficiais perderam o contato constante que tinham com as tropas, bastante favorável num Exército onde a companhia ou o batalhão de Infantaria é a unidade básica. Após a Segunda Guerra Mundial, a Escola de Sargentos das Armas melhorou consideravelmente. Converteu-se na principal fonte de treinamento e seleção de sargentos. Incluía um curso integral de um ano, no qual muitos estudantes ingressavam diretamente da vida civil. Recebiam as divisas de sargento ao término do curso. Grande parte do treinamento era técnico, a fim de prepará-los para lidar com armamentos cada vez mais sofisticados. O recrutamento para a escola era feito através de um exame de admissão, onde a concorrência era muito grande. Em 1967, apresentaram-se 9 261 candidatos, dos quais foram aprovados apenas 453.¹⁰

Desta profissionalização do quadro de sargentos resultou que eles assumiram grande parte da instrução diária profissional e da disciplina dos soldados. E o que é igualmente importante, agora que os sargentos tinham educação suficiente, passaram a assumir o papel informal de "patrono" dos soldados nos assuntos financeiros, legais, pessoais e familiares, função antes desempenhada exclusivamente por oficiais.¹¹

A elevação do status educacional e profissional dos sargentos não foi acompanhada por uma elevação correspondente de sua posição social ou política; surgiu daí uma situação de incongruência de status. O foco de seu ressentimento era a aguda diferença entre o status legal dos oficiais e o dos sargentos e praças em geral. Os oficiais podiam votar e ocupar vários cargos políticos eletivos e nomeados, sem abandonar sua patente; simplesmente, pediam uma licença, sem perder o direito à promoção por antiguidade. Aos sargentos e soldados, no entanto, a constituição negava o direito de voto, e ao mesmo tempo especificava que somente os eleitores poderiam candidatar-se a cargos eletivos.¹² Esta negação de direitos políticos, com o tempo, tornou-se uma fonte de descontentamento entre os sargentos, contribuindo para aumentar sua consciência política. Era uma causa defendida por grupos políticos que procuravam o apoio dos sargentos.¹³

O novo status dos sargentos, dentro da estrutura militar, lhes deu condição para se tornarem um grupo socialmente poderoso e distinto. Eles podiam ser envolvi-

¹⁰ Cifras que aparecem na análise do total de candidatos, aprovados e reprovados, de acordo com o Estado de origem, em "Origem dos Candidatos por Estados da Federação", no arquivo da *Diretoria Geral do Ensino*, Estado-Maior do Exército, Ministério da Guerra.

¹¹ Este comentário foi feito pelo general Golbery, numa entrevista realizada em Brasília, a 17 de setembro de 1967.

¹² Artigos 132 e 138 da Constituição de 1946.

¹³ Para uma discussão desta politização crescente dos sargentos no período de 1961 a 1964, cf. Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, pp. 372-389.

Cf. também Glauco Carneiro, *História das Revoluções Brasileiras*, vol. 2, cap. XXIV, "A Revolta dos Sargentos" (Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965), pp. 533-550.

dos por grupos que tentassem influenciar o comportamento dos militares dentro do sistema político. A primeira demonstração dramática do poder independente dos sargentos e soldados ocorreu no movimento de 1961, quando os ministros militares tentaram impedir que o vice-presidente Goulart assumisse a presidência, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Em várias bases aéreas, os sargentos ocuparam posições estratégicas e impediram qualquer ação aérea contra as forças favoráveis a Goulart.¹⁴ Em algumas unidades do Exército, que haviam recebido ordens de marchar contra o III Exército, que se declarara favorável a Goulart, os sargentos recusaram obedecer.¹⁵ Em muitas outras unidades, o temor de que os soldados pudessem desobedecer às ordens do Exército aumentou a pressão dos oficiais no sentido de uma solução de compromisso para o problema da ascensão de Goulart à presidência.¹⁶

O fato de numerosos oficiais se oporem a qualquer tentativa de impedir que Goulart assumisse o cargo tendeu a obscurecer a cisão entre sargentos e oficiais. No entanto, em seguida à luta vitoriosa para instalar Goulart, os sargentos e outros políticos tomaram grande consciência dos novos poderes acumulados pelos sargentos, tanto nas Forças Armadas quanto na política nacional.

Um político importante que tentou usar os sargentos foi Leonel Brizola. Sobre a atitude do então governador do Rio Grande do Sul para com os sargentos, disse o general George Rocha, membro do Estado-Maior do Exército em 1963 e 1964: "A idéia de Brizola era que os sargentos podiam ser a chave. O impacto de 1961 foi muito importante. Persuadiu Brizola de que, se pudesse conquistar os sargentos, poderia mobilizar os generais".¹⁷ À medida que se intensificava a crise de 1961-1964, tanto Goulart quanto Brizola procuraram abertamente o apoio dos sargentos em troca do endosso às suas reivindicações por maiores direitos políticos. Os sargentos receberam moradia especial e outros benefícios. A oficialidade interpretou estes acontecimentos como uma ameaça à sua cadeia de comando.

Também os sindicatos fizeram tentativas de politizar os sargentos. Isto foi facilitado pelo fato de que, no Exército brasileiro, tanto os recrutas quanto os sargentos, geralmente, servem em sua área geográfica de origem durante o seu tempo de serviço militar e mantêm estreitos contatos sociais com os civis.

Em maio de 1963, era tal a evolução política que numa reunião de associações de sargentos e de oficiais subalternos das três Forças Armadas no Rio de Janeiro, o principal orador anunciou que os sargentos defenderiam a lei mas não as leis existentes, que defendiam os direitos de poucos.

Pressionavam o Congresso para que aprovasse a lei de reforma agrária através de uma emenda constitucional. Advertiam ainda que, se fosse feita qualquer tentativa de golpe contra Goulart pela direita, os sargentos agiriam por conta própria.¹⁸

Nesta atmosfera de crescente insegurança institucional, vários grupos de oficiais, obscurecendo os conselhos de segurança nacional, estabeleceram várias atividades. Um destes grupos investigou e fez circular, clandestinamente, um relatório especial

¹⁴ Cf. a interessante entrevista com o principal líder das forças favoráveis a Jango, governador Brizola, em *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro), 2 de dezembro de 1961.

¹⁵ Disse o comandante de um batalhão que 99 de seus homens foram presos por se recusarem a marchar. Entrevista gravada com José Stacchini, 3 de março de 1963, São Paulo.

¹⁶ Para uma descrição, cf. o capítulo de Gileno de Carli, "O Dispositivo Militar", *IQ, Brasília*, a *Grande Crise* (Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961), pp. 34-54.

¹⁷ Entrevista, general George Rocha, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1968.

¹⁸ Carneiro, *História das Revoluções Brasileiras*, p. 536. Robert T. Daland discute o impacto político desta reunião em seu "Four Months of Political Strife in the Military", in *The Dynamics of Government and Administration in Brazil*, ed. Frank Sherwood (MS, School of Public Administration, University of Southern California).

1967-1968
Guerra do
Sargento

sobre o "movimento dos sargentos". Este documento constitui um indício da apreensão que se apossara dos oficiais quase um ano antes da revolução de 1964. Afirmava o documento que os sargentos estavam ligados intimamente aos sindicatos mais militantes e, em alguns casos importantes, aos comunistas. Comentava também que, em alguns casos, os oficiais estavam se armando pessoalmente para se defenderem dos sargentos e que haviam retirado a munição das tropas e as balas das armas, no receio de uma revolta. Acrescentava o relatório que o movimento dos sargentos ainda era minoritário no Exército, mas que estava ganhando força através do país inteiro, nas três forças militares.¹⁹

Foi nesta atmosfera de ansiedade entre os oficiais que eclodiu, em Brasília, a rebelião dos sargentos. A 12 de setembro de 1963, os sargentos e os cabos da Aeronáutica e da Marinha insurgiram-se em protesto contra o Supremo Tribunal que negava aos praças os direitos a ocupar funções legislativas. Ocuparam à força centros estratégicos na capital federal, capturaram um juiz do Supremo Tribunal, o presidente em exercício da Câmara e alguns oficiais. Dentro de 12 horas, a revolta era sufocada. Durante e após a revolta, o presidente Goulart tomou uma posição ambígua, argumentando que a revolta constituía uma explosão emocional sem qualquer base política real.²⁰ Coronel Brizola, líder da esquerda radical, defendeu intensamente a justiça da revolta, como o fizeram também muitos líderes sindicais.²¹

No entanto, a oficialidade considerou a revolta dos sargentos um acontecimento profundamente perturbador.²² Sua forte reação contrária acelerou a corrosão de uma das premissas básicas do padrão moderador.²³ Uma premissa básica deste padrão era que quase todas as principais facções civis tinham uma contraparte militar significativa (embora não fosse, naturalmente, numa base exata de 1:1). Assim, admitia-se que os militares refletiriam todas as sombras da opinião política. Diante desta congruência genérica, quase todos os principais grupos civis tinham, dentro do quadro de oficiais, uma facção que lhes era simpática, a quem eles tinham acesso e podiam fazer apelos políticos. Contudo, o padrão moderador começou a entrar em colapso quando o desenvolvimento econômico, a mobilização social e o conflito político atingiram o nível em que os líderes trabalhistas operários apelaram para suas contrapartes militares — os sargentos.

A revolta dos sargentos e uma série de acontecimentos menos sensacionais, mas, na opinião dos oficiais, igualmente ameaçadores, que culminaram afinal no motim naval do Rio de Janeiro, uma semana antes da revolução (e que Goulart tolerou, concedendo anistia aos amotinados), corroeram a congruência genérica da opinião civil e militar.²⁴ Os oficiais tornaram-se progressivamente auto-referenciais e passaram a impedir o acesso a certos grupos de poder, como o trabalhista. Sua reação à revolta dos sargentos de Brasília foi indicativa deste aspecto.

¹⁹ Movimento dos Sargentos: Relatório, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1963. Cópia de posse do autor.

²⁰ O Estado de São Paulo, 15 de setembro de 1963, p. 5.

²¹ A revolta é descrita em Carneiro, História das Revoluções Brasileiras, pp. 533-550, e em Abelardo Jurema, Sexta-Feira, 13: Os Últimos Dias do Governo João Goulart (Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964), pp. 107-121.

²² O comandante da guarnição de Brasília durante a rebelião era o general Nicolau Fico, que após a revolução foi expurgado do Exército, presumivelmente por haver sido um forte partidário da posição política do presidente Goulart. Significativamente, mesmo ele indica que a revolta dos sargentos não recebeu apoio de um único oficial de Brasília. Entrevista, 10 de outubro de 1968, Rio de Janeiro.

²³ Vários relatos do processo de formação de uma coalizão para depor Goulart acentua a revolta dos sargentos como um fator decisivo. Cf., por exemplo, Fernando Pedreira, Março 31: Civis e Militares no Processo da Crise Brasileira (Rio de Janeiro: José Álvaro editor, 1964), pp. 19-20.

²⁴ Cf. o Capítulo 9 para uma descrição deste motim.

Para ilustrar o efeito do movimento rebelde mesmo sobre aqueles oficiais simpáticos às reformas e à esquerda, podemos considerar o caso do general Pery Constant Bevilaqua.²⁵ Este militar fora um dos principais generais a apoiar o direito de Goulart a assumir a presidência em 1961, e de fato foi um dos três generais-de-exército especificamente ameaçados de corte marcial por causa deste apoio.²⁶ Em janeiro de 1962, Bevilaqua enviou uma carta de congratulações a Brizola, governador do Rio Grande do Sul, felicitando-o por haver encampado uma companhia americana de serviços públicos naquele Estado.²⁷ Bevilaqua advogou uma posição reformista em muitas questões políticas fundamentais, inclusive no caso da reforma agrária. Além disso, foi o candidato da ala nacionalista dos militares para a presidência do influente Clube Militar em 1962. Assim, Bevilaqua (apesar da reputação de ser imprevisível) foi considerado simpático a Goulart e à esquerda reformista. Não obstante, para este general, filho de um marechal, os limites de seu nacionalismo e esquerdismo foram atingidos no momento em que o Exército como instituição era ameaçado pela indisciplina. Além disso, seu apoio às reformas de base cessou de repente, diante da possibilidade de usarem-se armas de mobilização de massas, como as greves gerais. Na ocasião da revolta dos sargentos, o general Bevilaqua comandava o II Exército, cujo quartel-general ficava em São Paulo. Imediatamente após a revolta de Brasília, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ameaçou desencadear uma greve geral em apoio às reivindicações dos sargentos. Nesta altura, o general Bevilaqua expediu uma diretriz a todas as tropas sob seu comando, na qual era evidenciado que a ameaça à integridade da instituição militar não podia ser aceita por ele como oficial. Sua ação era sintomática de quão séria fora a corrosão do apoio militar de esquerda reformista. O tom violento da ordem do general torna clara sua posição. As tropas eram soldados, que tinham o dever constitucional de "defender o país e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem". Em linguagem apaixonada, ele condenou amplos setores do movimento sindicalista:

... ajuntamentos ilegais e espúrios... inimigos da Democracia, ...o sindicalismo revolucionário ameaça as instituições democráticas, ... a união entre militares esquecidos do juramento prestado diante da Bandeira, com malfetores... dirigentes do sindicalismo revolucionário...

...Humilhante é essa ligação espúria, que arrasta sargentos a empunhar armas contra a Nação, ludibriados na sua boa-fé, por elementos inimigos da Pátria, entrincheirados na vala do nefasto sindicalismo revolucionário e estimulados à sublevação por políticos inescrupulosos... no afã de sepultar a Democracia.²⁸

Sua diretriz proibia qualquer relacionamento entre membros de seu comando e o movimento sindicalista militante.

Um dia depois que irrompeu a revolta dos sargentos, o general Castello Branco foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército. Na cerimônia de posse, a que compareceram todos os generais do Rio, ele aludia especificamente aos perigos que trazia para o Exército a nova política radical:

Há reformadores oportunistas que querem substituí-las [as Forças Armadas] por meio de um solapamento progressivo e antinacional, que instituem o

²⁵ É esta a grafia oficial que aparece nos registros militares. Todavia, freqüentemente seu nome é escrito como Bevilacqua.

²⁶ Tribuna da Imprensa, 31 de agosto de 1961.

²⁷ Note-se o elogio que recebe por causa dessa encampação na publicação nacionalista de esquerda, da autoria de Osny Duarte Pereira, Cadernos do Povo Brasileiro, vol. 3: Quem faz as Leis no Brasil? (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963), p. 146.

²⁸ O texto completo da diretriz do general Bevilaqua ao II Exército encontra-se em O Estado de São Paulo, 19 de setembro de 1963, p. 60 e Jornal do Brasil, 19 de setembro de 1963.

exército popular, um arremedo de milícia com uma ideologia ambígua, destinada a agitar o País com exauridos pronunciamentos verbais e a perturbar com subversões brancas e com motins a vida do povo.²⁹

Cinco dias após a revolta dos sargentos, um oficial do Estado-Maior publicou um longo artigo, intitulado "O Fim dum Exército", onde argumentava que a Revolução Russa de 1917 foi inicialmente uma revolução moderada, empalmada mais tarde por extremistas depois que o exército foi destruído através de uma série de atos políticos, sempre aprovados pelo governo", que minaram sua unidade e integridade. Comentava ele: "O sofrimento dos oficiais russos naquele período foi indescritível". Era clara a lição para o Brasil.³⁰

A tomada de consciência por parte dos oficiais de que a crescente influência dos sindicatos militantes sobre os praças estava destruindo a coesão institucional prejudicou a imagem dos militares como "classe de cima" — uma parte intrínseca da imagem de moderador que tinham antes de 1964.

POLITIZAÇÃO DOS PADRÕES DE PROMOÇÃO

Em certa medida, todos os presidentes da república usaram as nomeações de militares para comandos importantes e as promoções a general como meios de assegurar a lealdade militar; assim, as promoções no Brasil sempre tiveram um conteúdo político. A um observador de fora é difícil avaliar as mudanças de natureza política nestas promoções, mas resta pouca dúvida de que, no período de 1961 a 1964, crescia o ressentimento, entre muitos oficiais superiores, contra o fato de o Presidente Goulart usar excessivamente critérios políticos na promoção a general.³¹

O que havia de politicamente significativo, no tocante a esta tendência, era o sentimento, que se difundiu amplamente no meio dos oficiais, de que não só o governo de Goulart estava encorajando a indisciplina entre os sargentos, mas também estava minando a hierarquia do Exército ao degradar visivelmente os critérios profissionais de promoção. Um estudo do *Almanaque do Exército* para 1964 revela que, dos oficiais de carreira promovidos a general no mandato do presidente Goulart, somente 5 dos 29 (17,2%) se diplomaram em primeiro lugar em suas turmas em qualquer das três principais escolas militares. Isto contrasta com os 34 (46,5%) dos 73 oficiais promovidos a general antes de Goulart.³² Já que a classificação nas escolas do Exército esteve tradicionalmente relacionada com a promoção, os dados acima parecem confirmar a reclamação dos oficiais quanto à mudança de critérios para promoção no governo do presidente Goulart.

A manipulação discreta de nomeações e promoções podem fortalecer um presidente. Mas a confiança excessiva nesta prática política pode revelar-se contraproducente, porque tende a transtornar as expectativas de carreira de todos aqueles que foram omitidos na promoção e convertê-los em ativos opositores do governo. Do

²⁹ *O Estado de São Paulo*, 14 de setembro de 1963.

³⁰ Ten.-Cel. Adyr Fiúza de Castro, "O Fim de um Exército", *O Estado de São Paulo*, 17 de setembro de 1963, p. 16.

³¹ Esta acusação me foi feita pela vasta maioria de oficiais com quem falei e que ainda estavam na ativa por volta de 1966. Cabe notar que os critérios políticos para a promoção tornaram-se ainda mais decisivos após a revolução de 1964.

³² O *Almanaque do Exército* é publicado anualmente e contém os nomes de todos os oficiais da ativa, e uma riqueza de informações tais como escolas que frequentaram, datas de promoção, medalhas recebidas. Se um oficial se forma em primeiro lugar em uma das três escolas principais militares, recebe uma medalha acadêmica especial, a Medalha Marechal Hermes de Aplicação e Estudo.

mesmo modo, a designação para altos cargos de oficiais que deixaram de satisfazer os critérios institucionais usuais nem sempre consegue criar lealdade total, porque tais homens muitas vezes estão ressentidos e portanto não têm influência dentro das Forças Armadas. Na medida em que eles não representam os sentimentos dos oficiais, o presidente corre o risco de privar-se de informação precisa sobre a opinião dentro da oficialidade.

Há evidências de que a manipulação, pelo presidente Goulart, dos oficiais superiores do Exército foi contraproducente nos moldes descritos e contribuiu tanto para a sua queda quanto para a crescente rejeição, pelos oficiais, de seu tradicional papel moderador. Tentando avaliar a hipótese de que o ressentimento quanto à promoção foi um fator instrumental que transformou os oficiais em ativos conspiradores no movimento contra Goulart, estudei os padrões de promoção de 102 generais da ativa em 1964. Dividi os generais em cada patente de acordo com a antiguidade (tempo passado no posto), de modo que cada posto foi dividido em primeira, segunda, terceira e quarta partes. Aqueles que passaram mais tempo num posto (e portanto neste caso normalmente não foram promovidos no tempo de Goulart) foram colocados na primeira parte. Os recém-promovidos (portanto, por Goulart) foram classificados na quarta parte. Classifiquei, em seguida, todos os generais expulsos após a revolução de 1964 como "defensores ativos" do presidente Goulart,³³ e comparei-os com os oficiais contrários a Goulart que haviam sido "conspiradores ativos" na revolução de 1964.³⁴

Se as promoções não estivessem relacionadas com ativismo de movimento, então iríamos encontrar ativistas distribuídos nas quatro categorias que representam antiguidade. Entretanto, na realidade, 40% dos ativistas de movimento figuravam na primeira categoria, enquanto apenas 6% estavam na quarta categoria. Assim, parece provável que muitos ativistas de movimento eram oficiais que haviam sido ignorados na promoção ou estavam preocupados com a possibilidade de sê-lo. Quando comparamos o grupo de ativistas de movimento com o grupo de partidários de Goulart, vemos que a situação se inverteu bruscamente. Nenhum dos oficiais expurgados estava na primeira categoria, isto é, não era elemento omitido na promoção, enquanto 40% estavam na última categoria, indicando que haviam sido promovidos recentemente por Goulart. A partir desta análise, portanto, parece razoavelmente evidente que a ansiedade pessoal por promoções futuras contribuiu para o ativismo de movimento entre os oficiais.

Outro indicio de que os oficiais militares estavam preocupados com a sobrevivência da instituição militar foi o comportamento dos filhos de oficiais militares com relação ao movimento de 1964. Uma hipótese razoável é que os filhos de oficiais se ajustam mais ao código militar de obediência do que os oficiais que não se originam de famílias de militares, e como grupo estão menos propensos, portanto, a assumir posições políticas. Kurt Lang, em seu estudo dos oficiais alemães de alta patente na época de Hitler, verificou que a "maioria dos originários de famílias de soldados tenderam a tomar a atitude ritualística". Ele quis dizer com isto que eles não tendiam

³³ Dos 102 generais, 20 foram expurgados formalmente do Exército em 1964. Seus nomes encontram-se em listas publicadas no *Diário Oficial* de 11 de abril, 13 de junho, 24 de setembro e 8 de outubro de 1964.

³⁴ Pedi a três dos mais influentes organizadores da revolução que elaborassem uma lista dos generais que eles consideravam ativos no planejamento e mobilização da revolução. Classifico um general como "conspirador ativo" se seu nome aparece em pelo menos duas das três listas.

a unir-se à conspiração contra Hitler, mas a evitar envolvimento político e a permanecer na posição neutra e "militarmente correta".³⁵

Entretanto, o Brasil demonstrou a tendência oposta. Dos 102 generais da ativa em 1964, 23 eram explicitamente filhos de oficiais.³⁶ Sete (30,4%) foram conspiradores ativos contra Goulart, enquanto que apenas um (4,3%) foi partidário ativo do presidente. Dos 79 oficiais que, segundo parece, não procediam de famílias de militares, 17 (20,6%) eram conspiradores ativos e 19 (24,1%), partidários ativos. Assim, podemos dizer que, em 1964, os filhos de oficiais estavam de algum modo bem representados entre os conspiradores e muito pouco representados entre os partidários de Goulart. Uma hipótese plausível é que os filhos de oficiais se sentiram mais identificados com a instituição militar e reagiram mais intensamente contra o que acharam ser uma corrosão da hierarquia. O relacionamento acima ganha maior significado político quando lembramos que os dados (Capítulo 3) mostraram que a percentagem de cadetes da Academia Militar que eram filhos de oficiais e a percentagem que freqüentou escolas militares aumentou grandemente do começo da década de 1940 ao início da década de 1960.

A combinação da crescente insegurança institucional das Forças Armadas e seu crescente sentimento de que nenhum dos partidos ou atores políticos civis detinham o poder para solucionar a crise econômica, contribuiu para intensificar a crença de que os antigos limites de ativismo militar já não eram adequados.

CRESCENTE REJEIÇÃO DOS LIMITES TRADICIONAIS À AÇÃO MILITAR

A manutenção de um limite ao papel dos militares no sistema político — limitando-os a depor um presidente — significava sempre que os principais participantes no sistema político podiam continuar a atuar após tal deposição.

Entre grupos significativos de oficiais, emergiram da crise estrutural de 1961-1964 dois sentimentos distintos que se reforçaram entre si. Um era a crença de que havia alguns atores políticos importantes, tanto civis quanto militares, que eram tão corruptos ou tão simpáticos ao comunismo que se tornavam participantes *ilegítimos* do sistema e tinham de ser removidos da política semipermanentemente. Isto só poderia ser feito se os próprios militares tivessem um papel forte no governo e assim poderiam executar esses expurgos.

Um sentimento muito mais fundamental era que os sistemas econômicos e políticos estavam tão profundamente conturbados que se faziam necessárias mudanças radicais. Estas mudanças, acreditava-se, somente poderiam ser realizadas por um governo militar em que muitos dos privilégios constitucionais normais fossem suspensos por um período suficientemente longo para que se completasse a reestruturação.

³⁵ Kurt Lang, "Bureaucracy in Crisis: A Role-Analysis of German General under Hitler" (master's diss., Department of Sociology, University of Chicago, 1952), p. 68.

³⁶ À medida que cada oficial é promovido a general, o Ministério da Guerra fornece à imprensa muito material biográfico. Este material usualmente se resume em dizer que o general X é filho do Sr., Dr., ou Engenheiro (ou major, coronel ou general) Y. Examinei este material nos arquivos de *O Estado de São Paulo* e do *Jornal do Brasil* e também obtive acesso, embora limitado, ao Ministério da Guerra. Conferi em duas fontes esta informação sobre a profissão dos pais em minhas entrevistas sempre que foi possível. O fato de não poder confirmar que mais de 23 eram filhos de oficiais não exclui esta possibilidade. Todavia, os números são talvez quase exatos.

Um dos primeiros grupos de conspiradores na revolução de 1964 tinha como núcleo os três militares que haviam fracassado na tentativa de impedir que Goulart assumisse a presidência em agosto de 1961. No início de 1962, o grupo elaborou um projeto de Ato Institucional que podia servir (e eventualmente serviu) de orientação para o sistema político após a deposição de Goulart. É significativo que este esboço sublinhasse, explicitamente, a necessidade não só de expurgar alguns políticos, mas também de que os militares assumissem o poder por um período relativamente longo, a fim de reestruturar o sistema político. O projeto exigia especificamente o estabelecimento de uma junta militar, a dissolução do Congresso e das assembleias legislativas e a suspensão dos direitos constitucionais.³⁷

Igualmente importante foi o fato de alguns grupos civis importantes aceitarem a necessidade de um governo militar. O editor de *O Estado de São Paulo*, um jornal conservador e dos mais influentes, viu o projeto e aconselhou que os militares, se depusessem Goulart, não deveriam hesitar em assumir a responsabilidade do governo e não deveriam devolver o poder aos civis, como fizeram em 1945 e 1954. Ele criticou, especificamente, a idéia dos militares limitarem sua ação à deposição do presidente:

Não podemos cometer de novo os mesmos erros que levaram aos fracassos totais dos belos movimentos que derrubaram a ditadura em outubro de 1945, e causaram a queda de Getúlio, novamente por obra do Exército, em agosto de 1954. O fracasso destes dois movimentos pode resumir-se no fato de que os autores destes movimentos apressaram-se a devolver o poder a homens que vieram do passado e que formaram suas atitudes na atmosfera da ditadura, a fonte de todos os males que ainda nos perseguem. As Forças Armadas brasileiras quiseram então demonstrar o desinteresse de sua ação. Mas este temor da responsabilidade, longe de ser um benefício para a nação, foi causa da decepção que uma vez mais sofreu o povo. Torna-se indispensável desta vez que as coisas caminhem de maneira diferente. Precisamos agir com absoluta certeza, definindo, antes que as unidades militares jam, o que queremos e o que pretendemos fazer.³⁸

"O sistema judiciário precisa de 'limpeza radical'", continuou ele em seus comentários: "O expurgo das fileiras do judiciário é absolutamente necessário mas poderia ser feito por etapas". Dizia também que "as coisas atingiram um nível de decomposição social, administrativa, política no Brasil de proporções realmente alarmantes". Achava ele que seria necessário um governo militar de dois ou três anos, enquanto que elementos militares estimavam que cinco anos era essencial.³⁹

Outros grupos civil-militares se formaram. Articularam um programa que transcendeu bastante o tradicional papel moderador. Um grupo denominado Frente Patriótica Civil-Militar tinha um programa constituído de "dez mandamentos da lei do povo" com conotações nacionalistas e reformistas autoritárias.⁴⁰

³⁷ O projeto completo vem publicado em José Stacchini, *Março 64: Mobilização da Audácia* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965), pp. 22-24.

³⁸ Júlio de Mesquita Filho, "Roteiro de Revolução", *O Estado de São Paulo*, 12 de abril de 1964.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Analise este grupo com maiores detalhes no Capítulo 11. Os aspectos programáticos e emocionais de grupos como este não foram importantes no governo Castello Branco, mas foram parte fundamental na formação dos jovens oficiais de "linha dura". Para os "dez mandamentos" completos, cf. Stacchini, *Março 64*, pp. 20-22. Para se ter uma visão das idéias e da qualidade emocional do movimento, cf. Oliveiros S. Ferreira, *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*

Outro grupo formado na Aeronáutica publicou seu próprio manifesto. Este documento e outros desta natureza demonstraram um desejo profundo de expulsar certos grupos do sistema político, inclusive grupos de militares e de estudantes. Seus sete pontos principais eram: (1) o mandato dos deputados comunistas; (2) revogar as comissões de oficiais militares comunistas; (3) excluir, expulsar ou reformar (dependendo das circunstâncias) os comunistas das Forças Armadas; (4) banir os estudantes profissionais; (5) limitar a repetição dos reprovados na universidade a um ano; (6) demitir os comunistas ou pró-comunistas dos setores civis do governo federal, dos órgãos autônomos e das corporações quase-governamentais; e finalmente (7) cassar os direitos políticos de inúmeras pessoas pró-comunistas, como Goulart, Brizola, Pinheiro Neto, Darcy Ribeiro, Neiva Moreira e Dante Pellacani.⁴¹

A maioria dos documentos mencionados foram escritos entre 1962 e 1963. Naquela época, representavam uma visão mais militante do que a encontrada em geral entre os militares. Mas nos últimos meses da crise de disciplina nas Forças Armadas, inúmeros recrutas novos foram ganhos para este ponto de vista e na época da deposição de Goulart, o desejo emocional dos militares de expurgar grupos inteiros ultrapassou os limites do tradicional papel moderador.

Os acontecimentos de 1961 e 1964 haviam contribuído para uma série de novas atitudes na massa da oficialidade que já não se harmonizavam com o exercício deste papel tradicional. Por volta de 1964, a coligação vitoriosa dentro das Forças Armadas se sentiu bastante ameaçada institucionalmente para entregar o poder aos civis.

O que aumentou o significado destas mudanças de atitude é que os militares neste período também estavam desenvolvendo sua própria ideologia de desenvolvimento nacional e de segurança interna na Escola Superior de Guerra, tema de nosso capítulo seguinte.

(Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964). Ferreira era um colunista político importante, professor universitário em São Paulo e membro relevante do movimento.

⁴¹ Stacchini, *Março 64*, pp. 19-20.

Capítulo 8

O Impacto das Crises Política e Econômica sobre as Forças Armadas: A Escola Superior de Guerra e o Desenvolvimento de uma Nova Ideologia Militar

Uma atitude de apoio decisiva para o papel moderador dos militares brasileiros, e especialmente para a manutenção do limite a este papel na derrubada do presidente, foi a crença, generalizada entre os oficiais, de que eles detinham em comparação com os civis, um grau relativamente baixo de legitimidade para governar. Além disso, como já vimos, os oficiais não tinham grande confiança em sua capacidade em termos de treinamento político ou econômico para governar a nação. Estas duas crenças, de que faltava aos militares capacidade e legitimidade, foram essenciais para os argumentos de Castello Branco contra os militares assumirem o poder político em 1955.¹ Foram instrumentos na devolução do poder aos civis depois que os militares depuseram os presidentes em 1945, 1954 e 1955. Entretanto, as crises de 1961-1964, além de corroer a confiança civil na estrutura democrática da política, também alterou a imagem anterior que os militares tinham de sua relativa incapacidade e a ilegitimidade para governar o país.

O Brasil é o paradigma de uma instituição militar que sabia carecer de legitimidade para governar. No entanto, essa crença tem sido elemento integrante de muitos governos militares da América Latina, os quais, devido à falta de confiança política, são apenas transitórios ou zeladores em forma. Muitos dos casos que pareciam ser governos militares a longo prazo se transformaram em ditaduras personalistas, de um único homem, que manipulam e dominam as Forças Armadas, ao invés de representá-las. Alguns líderes militares da América Latina, naturalmente, já haviam tentado mudanças sociais dirigidas com apoio militar antes da década de 1960, como o general Ibañez no Chile em meados dos anos 20, o general Cárdenas no México na década de 1930, os coronéis Toro e Busch e o major Villaroel na Bolívia nos fins dos anos 30 e meados da década de 40 e o coronel Arbenz na Guatemala de 1950 a 1954.

Contudo, em meados da década de 1960 na América Latina, assistimos a uma mudança na natureza do governo militar: os governos eram mais doutrinais, a

¹ Do lado puramente negativo, a tomada de consciência, por parte dos militares, da sua relativa ilegitimidade e incapacidade de governar foi diminuída por acontecimentos e experiências como o aumento da inflação, o declínio da taxa de crescimento econômico, a incapacidade civil para realizar um plano de estabilização e desenvolvimento, o suicídio do presidente Vargas após a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda pela sua guarda pessoal e a renúncia do presidente Jânio Quadros após apenas seis meses de governo.

princípio recebam apoio institucional mais vigorosos e confiavam em suas tentativas de dirigir e controlar as mudanças sociais e econômicas. Apesar de muitas diferenças, estas características também foram encontradas no governo militar brasileiro que assumiu o poder em 1964, no governo militar argentino de 1966 e no governo militar peruano de 1968.

A emergência deste novo modelo de regimes militares estava relacionado com mudanças básicas na esfera nacional e internacional no final da década de 1950 e começo da de 1960. A expansão de doutrinas de guerra revolucionária e, especificamente, a ascensão de Castro engendraram nos militares um complexo conjunto de respostas: temor do comunismo (especialmente por causa de sua ameaça ao exército regular), desenvolvimento de doutrinas de contra-insurreição, e a convicção de que era necessária uma mudança básica para evitar a revolução. Percebendo que a estratégia da guerra revolucionária envolvia todos os níveis da sociedade, o conceito de segurança entre as Forças Armadas passou a abarcar todos os aspectos da vida social e política. Os militares começaram a preocupar-se com a ação cívica, com seu papel de "construtores da nação" e com planos globais de desenvolvimento. Estas respostas implicavam uma expansão considerável do papel dos militares e uma crença na legitimidade destes novos papéis.² Todas estas idéias eram defendidas pelos Estados Unidos e ensinadas em suas escolas para militares latino-americanos. Entretanto, como ilustra o caso do governo militar peruano, destas idéias nem sempre resultaram relações harmoniosas com os Estados Unidos. A um grau significativo, a idéia de um papel político mais ativo para os militares enraizou-se porque as instituições militares acharam que era relevante e adaptável aos problemas de seus próprios países. O Brasil, a Argentina e o Peru, todos reformularam a idéia para adequá-la à sua própria percepção dos problemas de desenvolvimento e segurança de seus países.

As instituições que mais contribuíram para reformular e divulgar os novos conceitos de segurança e desenvolvimento nacionais, inclusive um envolvimento militar cada vez mais profundo na política, foram as Escolas Superiores de Guerra de cada país. No Peru, foi o Centro de Altos Estudos Militares (CAEM), na Argentina a Escuela Nacional de Guerra e no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG).³ Foi em grande parte por causa da ESG que, à medida que se foi aprofundando a sensação geral de crise no Brasil, grande número de oficiais passaram a sentir que dispunham da estratégia mais apropriada e mais realista para desenvolver o país, e dos tecnocratas mais qualificados para pôr em prática esta estratégia. O papel da ESG no rompimento do padrão tradicional das relações entre civis e militares merece, pois, um estudo mais profundo. Uma vez que tão pouco se sabe a este respeito, devemos começar com os fatos fundamentais.

² Uma análise completa e brilhante de algumas implicações psicológicas e políticas desse tipo de ideologia militar de guerra contra-revolucionária total (especialmente no contexto de um sistema político fraco) é a discussão do exército francês por Raoul Girardet; cf. seu "Problèmes Idéologiques et Moraux" e "Essai d'Interpretation", in *La Crise Militaire Française, 1945-1962: Aspects Sociologiques et Idéologiques*, ed. Raoul Girardet, (Paris: Librairie Armand Colin, 1964), pp. 151-229.

³ Para uma breve descrição da Ideologia do CAEM, cf. Victor Villanueva, *El Militarismo en el Peru* (Lima: Empresa Gráfica T. Scheuch, 1962), pp. 174-183.

No começo da década de 1960, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Indonésio formulou uma doutrina de desenvolvimento e segurança, grande parte da qual foi mais tarde posta em prática quando os militares assumiram o poder em 1965. Para a doutrina e uma análise profunda, cf. Guy J. Pauker, *The Indonesian Doctrine of Territorial Warfare and Territorial Management* (Santa Monica, California: The RAND Corporation, RM-3312-PR, November 1963).

FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Na Segunda Guerra Mundial, o Brasil participou das lutas na Itália através de uma divisão, a Força Expedicionária Brasileira (FEB).⁴ A fraca coordenação entre as três Forças Armadas e a débil coordenação da estratégia nacional em todos os seus componentes militares, industriais e burocráticos estimulou o desejo, depois da guerra, de formalizar tanto um Estado-Maior de Serviço Conjunto quanto um Conselho de Segurança Nacional. Posteriormente, os principais organizadores da FEB, como o general César Obino e o comandante de Artilharia, general Cordeiro de Farias, desenvolveram a idéia de uma escola especial que formulasse uma nova doutrina de segurança e desenvolvimento nacionais. Os Estados Unidos possuíam sua escola nacional de guerra e, já que a FEB se integrara num corpo do Exército norte-americano na Itália, os brasileiros solicitaram o envio de uma missão conselheira norte-americana para ajudar na formação de sua escola. Esta missão dos Estados Unidos permaneceu no Brasil de 1948 a 1960.⁵ Significativamente, o CAEM do Peru não tinha oficiais norte-americanos de nível de professor e, ao contrário do Brasil, o Peru enviou alguns de seus professores militares a estes programas de treinamento civil sobre os problemas de desenvolvimento nacional, como os da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas e o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social no Chile.

Ao general Cordeiro de Farias foi confiada a tarefa de desenvolver o tema e a organização da escola no Brasil. Após gastar a maior parte do ano de 1948 e parte de 1949 nesta tarefa, ele recomendou uma escola padronizada segundo o modelo da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, mas diferente em dois aspectos. Os Estados Unidos, ele argumentava, eram um país desenvolvido; assim, sua preocupação fundamental residia na mobilização dos recursos para a guerra. Esta tarefa era atribuída à Escola Industrial das Forças Armadas. Quanto à Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, sua principal tarefa dizia respeito à política externa. No entanto, na opinião do general Cordeiro de Farias, a questão de uma Força Armada forte, num país em desenvolvimento como o Brasil, não podia separar-se do problema do desenvolvimento econômico, nem a questão da segurança nacional separar-se da educação, indústria ou agricultura. Advinhou, portanto, que na nova Escola de Guerra brasileira, as funções da Escola Industrial das Forças Armadas dos Estados Unidos e da Escola Nacional de Guerra fossem combinadas e, além disso, que a ênfase sobre os aspectos internos do desenvolvimento e da segurança fosse maior que na escola similar dos Estados Unidos.

A outra inovação brasileira foi converter a participação de civis num aspecto fundamental da Escola de Guerra. Nos Estados Unidos, a Escola Nacional de Guerra era fundamentalmente militar e apenas comportava civis que provinham de organismos do governo ligados a assuntos estrangeiros. Mas, justamente porque a escola brasileira devia preocupar-se com todas as fases de desenvolvimento e da segurança, julgou-se necessário incluir civis de certas áreas como educação, indústria, comunicações e sistema bancário.⁷ A decisão de incluir civis como parte central da ESG

⁴ Os membros desta unidade desempenharam papel decisivo nas questões civil-militares de 1945 em diante. Doravante, referimo-nos à unidade usando apenas as suas iniciais, FEB.

⁵ Entrevista com o coronel Harvey, U. S. Army, o oficial de ligação norte-americano na ESG, Rio de Janeiro, 17 de março de 1967.

⁶ Entrevista, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1968.

⁷ Os membros militares deviam ser recrutados nas três armas, sendo a maioria coronéis, depois generais-brigadeiros e, excepcionalmente, tenentes-coronéis (ou seus equivalentes na Marinha).

mostrou ser decisiva para o desenvolvimento da escola. Colocou os oficiais militares em contato sistemático com os líderes civis.⁸ Isto lhes proporcionou aliados civis que partilhavam muitas de suas idéias sobre desenvolvimento e segurança e, também, lhes deu confiança para discutir problemas em termos de igualdade com especialistas civis.

Os militares consideraram a participação dos civis na ESG tão valiosa que, com o tempo, aumentou a proporção de membros civis em relação aos militares. Na turma inicial de 1950, dos 62 diplomados apenas 16 eram civis, mas no período de 1950-1967 já contaram 646 do total de 1 276 diplomados.⁹ O marechal Juarez Távora, segundo comandante da ESG, explicou nestes termos seu pensamento: "Como comandante, eu quis aumentar a representação de civis. Achei que a finalidade da escola não era apenas treinar militares, mas também todos aqueles que poderiam influenciar o governo".¹⁰

A Escola Superior de Guerra foi estabelecida, formalmente, por decreto presidencial, no governo de Dutra, a 20 de agosto de 1949. Por volta de 1963, sua carta afirmava sua missão de preparar "civis e militares para desempenhar as funções executivas e conselheiras, especialmente naqueles órgãos responsáveis pela formulação, desenvolvimento, planejamento e execução da política de segurança nacional".¹¹ A segurança nacional compreendia uma ampla gama de questões, como indicam os nomes das sete divisões acadêmicas: ① Questões Políticas; ② Questões Psicológico-Sociais; ③ Questões Econômicas; ④ Questões Militares; ⑤ Questões Logísticas de Mobilização; ⑥ Informações e Contra-Informações; e ⑦ Doutrina e Coordenação.¹²

Por volta de 1966, a ESG tinha diplomados de muitos setores importantes da estrutura de poder política e econômica: 599 eram militares, 224 empresários particulares, havia 200 funcionários públicos dos principais ministérios e 97 dos órgãos autônomos de governo, 39 eram congressistas, 23 juizes federais e estaduais e 107 eram profissionais variados — como professores, economistas, escritores, médicos e sacerdotes católicos.¹³ O requisito de curso universitário ou equivalente que se exigia dos civis significou, virtualmente, a ausência total de representantes dos sindicatos.¹⁴

Os diplomados da ESG se reuniam numa associação muito ativa de ex-alunos, que servia de foco para contato intelectual e social com outros diplomados, com a própria ESG e com o conjunto da sociedade.¹⁵ Realizavam-se almoços semanais

⁸ Os civis deviam ter curso universitário ou equivalente e já ter demonstrado qualidades notáveis de liderança.

⁹ Informações contidas na bem documentada história da ESG, escrita pelo general Augusto Fragoso, quando comandante da escola, "A Escola Superior de Guerra (Origem-Finalidade-Evolução)", *Segurança e Desenvolvimento: Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*, ano XVIII, n.º 132 (1969), pp. 7-40.

¹⁰ Entrevista, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1968.

¹¹ Decreto n.º 53.080, de 4 de dezembro de 1963, cap. II, seção 4.

¹² *Ibid.*, Cap. V, Seção 1.

¹³ Cifras fornecidas pela Escola Superior de Guerra e publicadas em Glauco Carneiro, "A Guerra de 'Sorbonne'", *O Cruzeiro*, 24 de junho de 1967, p. 20. Eram estas suas ocupações na época em que entraram na ESG.

¹⁴ Da lista de diplomados entre 1950 e 1966, de que possui uma cópia, não consta nenhum líder sindicalista proeminente. Em entrevista com o marechal Juarez Távora no Rio de Janeiro, a 8 de outubro de 1968, ficou confirmado que o requisito de curso universitário, além do desejo de seminários informais e acessíveis sobre segurança nacional, significou provavelmente não serem convidados aqueles cujo *background* não favorecesse uma "camaradagem fácil".

¹⁵ Esta seção pretende, principalmente, descrever a influência da ESG nas atitudes políticas das Forças Armadas antes da revolução de 1964. Utilizo, portanto, o passado para referir-me à ESG durante aquele período. A Escola Superior de Guerra ainda representa, certamente, um setor bastante concorrido da educação dos militares brasileiros.

bastante freqüentados por oradores proeminentes no Rio, e outras grandes cidades (especialmente São Paulo) fizeram reuniões semelhantes, embora com menor freqüência. Cada principal ministério do governo contava um oficial de ligação.¹⁶

Uma fonte importante de informação ideológica e social era constituída pelo *Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*.¹⁷ Todo ano, a associação de ex-alunos, em conjunto com a ESG, formulava e pesquisava um projeto especial. Os principais monitores destes projetos eram os diplomados civis e militares, que muitas vezes se serviam de informação recolhida em seus próprios empregos correntes para escreverem o relatório.¹⁸ Promoviam-se ciclos de conferências sobre a doutrina da ESG em todo o país, conferências ministradas por ex-alunos com a assistência da ESG. Isto aumentou grandemente a divulgação da doutrina da escola.¹⁹

O curso em si era uma atividade em tempo integral durante um ano acadêmico completo. O núcleo do curso consistia de conferências e seminários que tentavam determinar os objetivos básicos para o Brasil, os obstáculos a estes objetivos e os meios específicos de atingi-los. A tarefa final dos alunos da escola era participar de uma equipe civil-militar de cinco ou seis estudantes na preparação de um trabalho de política.

Além das conferências ministradas pelo quadro civil e militar permanente, muitas conferências eram dadas por importantes ministros e tecnocratas do governo, expondo, assim, os estudantes a pontos de vista políticos diferentes. Uma parte essencial do curso era constituída por três ou quatro viagens extensas por todo o Brasil, a fim de se inteirarem *in loco* dos problemas e projetos ligados ao desenvolvimento e segurança nacionais, tais como novos projetos hidrelétricos, novos complexos industriais, a indústria nacional do aço, principais projetos de habitação para favelados, o órgão regional de desenvolvimento SUDFNE, programas de ação cívica e novas táticas de guerra contra-revolucionária.

Gradativamente, desenvolveu-se a tradição de cada turma viajar aos Estados Unidos como convidados do governo norte-americano, visitando os principais complexos militares e industriais. As visitas incluíam, normalmente, um breve encontro com o presidente norte-americano.²⁰

A IDÉOLOGIA DA ESG

O foco intelectual da ESG, tal como se desenvolveu em meados da década de 1950 e começo dos anos 60, foi o inter-relacionamento entre segurança e desenvol-

¹⁶ Para a lista de 1963, cf. o *Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*, n.º 100, pp. 4-5.

¹⁷ Contém informação pessoal, como aniversários e notas de reuniões sociais e intelectuais da escola, e publica os melhores trabalhos dos alunos da ESG. Em 1968, o título desta publicação mudou para *Segurança & Desenvolvimento: Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*.

¹⁸ Para o projeto de pesquisa de 1961 e o pessoal, cf. *Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*, n.º 101, p. 6.

¹⁹ Muitos números do *Boletim* trazem informações sobre os ciclos de conferências correntes. Cf. o n.º 105 (julho-agosto de 1964), pp. 67-74.

²⁰ No meio da crise cubana dos mísseis, o presidente Kennedy falou durante alguns minutos aos alunos da ESG brasileira. O incidente deixou profunda impressão. Cf. Alberto Dines *et al.*, *O Mundo Depois de Kennedy* (Rio de Janeiro: José Alvaro, 1963), pp. 112-113, e "Palavras Dirigidas de Braviso pelo Presidente Kennedy à Comitativa da ESG & IME, por Ocasião da Visita à Casa Branca", *Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*, n.º 101, pp. 7-8.

vimento nacionais.²¹ A doutrina da ESG acentuava intensamente a guerra limitada, seja a convencional, como a Segunda Guerra Mundial, seja a revolucionária, como na Indochina, implicava o desejo, a unidade e a capacidade de produção do país inteiro. Assim, os encarregados da formulação e execução dos programas de segurança nacional não poderiam mais limitar sua atenção à proteção das fronteiras ou a outros usos convencionais do Exército. Para a ESG a segurança nacional era, em grande parte, função da maximização racional do produto da economia e da minimização de todas as fontes de cisão e desunião dentro do país. Conseqüentemente, dava-se grande atenção à necessidade de um governo forte e de planejamento. O general Golbery, principal teórico da ESG e muitas vezes chamado de seu pai, ressaltou em suas obras que, nos países em desenvolvimento como o Brasil, "o planejamento da segurança nacional é um imperativo da hora em que vivemos... para nós nos países subdesenvolvidos... o planejamento assume aspectos de uma outra ordem que põe tudo o mais em destaque".²²

Outro tema de grande relevância era que os países subdesenvolvidos se viam submetidos a grandes pressões internas, não só por causa do próprio subdesenvolvimento, mas também em decorrência do conflito ideológico global, que tinha ramificações profundas na segurança interna do país. Desde o princípio, a ESG era anticomunista e estava empenhada na guerra fria. Mesmo antes que a ênfase na guerra fria mudasse, nos Estados Unidos, da guerra atômica para a revolucionária, a ESG tornou-se o centro do pensamento ideológico relativo à estratégia contrarrevolucionária no Brasil. Já que o comunismo era um inimigo, os Estados Unidos, sendo o principal país anticomunista, era um aliado natural. No começo de 1959, argumentava o general Golbery que a guerra indireta era uma ameaça muito mais realista à América Latina do que qualquer ataque direto do exterior:

O que é certo é que a maior probabilidade atualmente é de guerra limitada, de conflito localizado e acima de tudo de agressão comunista indireta, que capitaliza descontentamentos locais, frustrações da miséria e da fome e as justas ansiedades nacionalistas. ... A América Latina enfrenta, atualmente, ameaças mais reais do que em qualquer outro período, ameaças que poderiam resultar em insurreições, tentativas de distúrbios (embora não abertamente) para implantar ... um governo favorável à ideologia comunista, constituindo um perigo grave e urgente para a unidade e a segurança do mundo americano e ocidental.²³

Numa formulação intelectual do tipo que mais tarde seria usado para justificar a progressiva militarização de todos os níveis da sociedade, quando o governo militar assumiu o poder em 1964, Golbery argumentava que, quando é grande a

²¹ Uma análise do amplo alcance do que a ESG considerava ser o campo da segurança nacional, podemos encontrá-la na edição especial da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 20 (janeiro de 1966), dedicada à discussão da segurança nacional por escritores ligados estreitamente à escola. Uma tentativa de resumir o pensamento da ESG foi feita pelo ex-diretor da biblioteca do Exército, general Umberto Peregrino, em "O Pensamento da Escola Superior de Guerra", in *Cadernos Brasileiros*, n.º 38 (novembro-dezembro de 1966), pp. 29-38.

²² Golbery do Couto e Silva, *Planejamento Estratégico* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1953), p. 28. A maior parte deste livro tem origem em conferências ministradas na ESG. O livro é uma das fontes principais da ideologia da ESG.

²³ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1967), pp. 190-199 (de um capítulo originariamente escrito em 1959). Este livro também se baseia em conferências dadas na ESG. Os desenvolvimentos da revolução cubana, no final de 1960 e em 1961, aumentou o temor da "ameaça comunista" na ESG.

ameaça à segurança, na necessidade urgente de planejamento vigoroso e controle de uma natureza estratégica, porque" ... a área da política é permeada... por pressões adversas, criando uma forma de universalização dos fatores de segurança, alargando a área de estratégia [política de segurança nacional] a ponto de quase absorver todas as atividades nacionais".²⁴

Tendo em vista esta concepção da natureza empresarial da tarefa de manter a segurança nacional, a ESG empreendeu o estudo de todas as fases da vida política, econômica e social brasileira. Os tecnocratas civis de alto nível, os coronéis e os generais de patente inferior estudaram a inflação, a reforma agrária, a reforma bancária, os sistemas eleitorais, o transporte e a educação, bem como a guerra de guerrilha e a guerra convencional. Em muitos de seus estudos, eram contestados severamente alguns dos aspectos fundamentais da organização social e econômica do Brasil como necessitados de mudança, se o Brasil quisesse crescer economicamente e manter a segurança interna. A princípio, estas críticas pareceram acadêmicas e a influência da doutrina da ESG não penetrou as Forças Armadas nos meados da década de 1950. Contudo, no começo dos anos 60, à medida que a crise brasileira se tornava mais aguda, a ênfase da ESG sobre a necessidade de uma estratégia total de desenvolvimento para combater a subversão interna encontrava um auditório cada vez mais receptivo dentro das Forças Armadas. Grande parte de sua doutrina de guerra interna se incorporou à Escola de Comando do Estado-Maior. Por exemplo, no currículo de 1956 desta escola, não havia menções a conferências sobre guerra de contraguerrilha, segurança interna ou comunismo. No entanto, de 1961 em diante, os cursos sobre todas estas questões aumentaram grandemente. Em 1968, por exemplo, o currículo destinava 222 horas de aula sobre segurança interna, 129 horas à guerra irregular e apenas 21 horas aos tópicos profissionais clássicos de defesa territorial.²⁵ Como um oficial, para poder candidatar-se à promoção de general ou a qualquer dos comandos gerais, precisava ser diplomado da ECEME, quase todos os oficiais brasileiros foram expostos intensamente às doutrinas de guerra interna. Esta doutrina também foi disseminada, de forma mais popularizada, através do Boletim de Informações, que era enviado pelo Estado-Maior a todos os comandantes de tropas.²⁶

O tom difuso dos artigos sobre política era um desejo de aperfeiçoar a forma brasileira de governo. A democracia perfeita sempre foi considerada a ideal, embora fatores políticos nas medidas de reforma ou fossem ignorados, e discutidas apenas políticas ideais, ou fossem tratados como obstáculos estruturais que precisavam ser removidos. Assim, as políticas sugeridas, embora moderadas e tecnocráticas em termos dos objetivos desejados, eram, no contexto da política real brasileira, bastante amplas, e em muitos casos incapazes de efetivar-se democraticamente dado o equilíbrio das forças políticas.

Por exemplo, numa conferência foi asseverado que os partidos políticos eram muito personalistas e dominados por questões locais, incapazes, portanto, de dar apoio coerente a planos de desenvolvimento nacional. A solução, que o conferencista da ESG sugeria, era a criação de uma nova lei eleitoral que estabelecesse um limite

²⁴ Golbery, *Planejamento Estratégico*, pp. 38-39.

²⁵ Os currículos encontram-se no arquivo da biblioteca da ECEME.

²⁶ Brasil, Ministério da Guerra, Estado-Maior do Exército, *Boletim de Informações*. Há cópias deste no arquivo aberto na biblioteca do Exército no Rio de Janeiro. Antes de 1961, o tom era de uma revisão muito direta de tópicos profissionais e levantamentos rotineiros de notícias internacionais. De outubro de 1961 em diante, o tom mudou para aproximar-se da estrutura e terminologia da ESG, e muito significativamente passou a abranger a questão da ameaça à segurança interna que o comunismo representava.

ao número de partidos e obrigasse os elementos políticos a representarem um partido e apenas aquele.²⁷

Outro tema das conferências e estudos da ESG foi a necessidade de maior centralização do poder. Em certos momentos, isto assumiu a forma de reorganização das fronteiras estaduais, tanto para enfraquecer o poder das antigas oligarquias quanto para permitir maior racionalidade econômica para planos de desenvolvimento. Mas a força principal do argumento era que o executivo tinha de ser fortalecido para proteger o país da subversão. Havia pouca aprovação ao pluralismo ou à política de participação e de mobilização, enquanto que a necessidade de guerra fria para hierarquia e controle era um tema freqüente. Estes argumentos tornaram-se um leitmotiv do governo militar quando este assumiu o poder em 1964.

Na verdade, já no início de 1956 havia sido afirmada a necessidade de um governo central forte para fins de segurança.

Vivemos num clima de guerra mundial que decidirá o destino da civilização ocidental.

Um sistema descentralizado é fundamentalmente fraco em períodos de guerra, quando se requer uma estrutura hierárquica e centralizada. Como a guerra total, para atingir seus objetivos, absorve todo o povo, as instituições, a riqueza e os recursos humanos e nacionais, parece certo que a centralização e a concentração tenderão a aumentar a eficiência e capacidade do poder nacional e político.²⁸

Já que se julgou necessária para a segurança nacional em períodos de crise o planejamento econômico e a mobilização de recursos, era imprescindível uma instituição central para cumprir esta função de planejamento. Um conferencista da ESG, falando sobre "mobilização econômica", argumentava que as instituições lógicas para esta finalidade eram o Conselho de Segurança Nacional e o Estado-Maior das Forças Armadas.²⁹

Apesar da ênfase da ESG sobre o "estatismo", eles argumentavam que para desenvolver o Brasil deveriam ser usados todos os recursos possíveis, inclusive os particulares e os estrangeiros. Os nacionalistas de esquerda condenaram tal atitude.

²⁷ David Carneiro, *Organização Política do Brasil*. ESG, Departamento de Estudos, C-47-59, pp. 18-20. (Originalmente, conferência na ESG.) Este e todos os documentos subsequentes da ESG que cito encontrei na Biblioteca Nacional. A maioria dos documentos da ESG continuam a ser reservados pelo governo brasileiro.

Numa entrevista com o general Golbery, em Brasília, a 18 de setembro de 1967, este comentou com o autor: "A ESG achava que os partidos políticos não tinham autoridade e queria reduzir seu número". Grande parte da substância e mesmo do tom do trabalho de Carneiro encontra-se, posteriormente, no estatuto do partido político imposto pelo governo de Castello Branco, que tentou criar um sistema bipartidário com um partido de governo dominante. Na lei eleitoral de 1965, foram proibidas as coligações e alianças eleitorais.

²⁸ Ildelfonso Mascarenhas da Silva, *O Poder Nacional e Seus Tipos de Estrutura*, ESG, C-20-56, pp. 32-34. (Originalmente, conferência reservada da ESG.) O governo de Castello Branco diminuiu o poder do legislativo e dos Estados e aumentou grandemente o poder do presidente e do Conselho de Segurança Nacional.

²⁹ Cristovão L. Barros Falcão, capitão-de-mar-e-guerra, *Mobilização no Campo Econômico*, Curso de Mobilização Nacional, ESG, C-03-59, p. 18. (Originalmente, conferência reservada da ESG.) No Brasil, o diretor administrativo e grande número do pessoal do Conselho de Segurança Nacional provém das Forças Armadas. No governo de Castello Branco e de Costa e Silva, foi criado um órgão especial, Serviço Nacional de Informações (SNI), a fim de supervisionar os aspectos de segurança nacional em todos os ministérios. O primeiro diretor desta instituição foi o general Golbery do Couto e Silva.

de, apodando-a de *entreguismo*. A ESG contra-atacou, acusando a esquerda de irracional e "pseudonacionalista". O desejo que a ESG tinha de eficiência resultou, muitas vezes, em assumirem uma posição minoritária com relação à nacionalização das indústrias e dos serviços. O argumento de Juarez Távora, o segundo comandante da ESG, acerca das companhias estatais de navegação costeira típica o enfoque não emocional e orientado para a eficiência que caracterizou a ESG. Afirmava ele que as companhias estatais de navegação costeira, Costeira e Lóide, eram totalmente ineficientes. Segundo ele, para transportar mil toneladas de frete o Lóide precisava de 12,6 empregados e a Costeira, de 38,4 empregados. Enquanto isso, a menor firma particular, Navegação Mercantil, necessitava de apenas 1,3 empregados para transportar mil toneladas. A seu ver, esta ineficiência ameaçava tanto a segurança nacional, quanto o desenvolvimento econômico, porque criava gargalos de transporte e contribuía para aumentar a inflação, pois exigia subsídios governamentais e seus preços eram muito elevados.³⁰ Mais tarde, Ministro dos Transportes do governo de Castello Branco, Távora deu início a negociações para desnacionalizar tanto a Costeira quanto o Lóide.

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A REVOLUÇÃO DE 1964

Difundi-se entre os membros da ESG, diante da crise de 1961-1964, uma sensação crescente de que o presidente Goulart estava tolerando e implicitamente estimulando a anarquia e a subversão e de que o Brasil necessitava de uma política basicamente nova de desenvolvimento e segurança. O corpo docente ativo da ESG tornou-se um centro importante da "conspiração defensiva" contra o governo de Goulart. A ideologia da ESG foi um fator relevante na revolução de 1964, como confirma o fato de que dos 102 generais da ativa na época da revolução, aqueles que haviam cursado a ESG estavam muito bem representados entre os conspiradores ativos contra Goulart. Dos generais que se haviam diplomado na ESG, 60% eram conspiradores ativos, enquanto que apenas 15% dos que não haviam frequentado a ESG se achavam entre os conspiradores ativos.³¹

A associação de diplomados da ESG (ADESG) também participou ativamente na campanha de resistência ao que consideravam ser um clima de radicalização, inflação e anarquia no governo de Goulart. Ela intensificou sua campanha de doutrinação através de conferências realizadas em todo o país.³²

O fato de ter sido a escola criada para avaliar a política de desenvolvimento e segurança nacionais do país tendeu a criar certa tensão entre ela e o governo da época, ou como comentou o general Golbery:

³⁰ Marechal Juarez Távora, *Uma Política de Desenvolvimento para o Brasil* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962), p. 41.

³¹ Os nomes de todos os generais e a informação relativa a seu curso na ESG encontram-se em Brasil, Ministério da Guerra, *Almanaque do Exército*: 1964.

³² Pedi a três dos principais participantes da revolução que elaborassem uma lista de generais que consideravam ativos planejadores e mobilizadores do movimento contra Goulart. O general que aparecia em duas das três listas, eu o classifiquei como conspirador ativo.

³³ Em junho de 1963, a diretoria da associação de diplomados enviou uma circular a todos os seus membros, anunciando que "a presente diretoria, alerta diante da gravidade da atual situação nacional, julga ser seu dever incrementar ao máximo tais atividades [ciclos] por motivos óbvios". Circular n.º 10163, de 7 de junho de 1963, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Uma descrição da gama de atividades da associação de São Paulo, de 1961 em diante, encontra-se em "Departamento Regional de São Paulo", *Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*, n.º 107, pp. 4-11.

Como a ESG está organizada para analisar os problemas do país e encontrar soluções, é muito natural que, se um governo for fraco, a ESG se oponha a ele. Como os governos de Vargas, Kubitschek — o melhor deles — e Goulart eram fracos, é natural que a ESG estivesse intelectualmente contra eles. Nunca assumimos uma posição contra Jânio Quadros.³³

Indagado se as idéias da ESG poderiam talvez ter sido cumpridas em algum momento sem a revolução, respondeu que poderiam, mas que a revolução "facilitou enormemente" tal coisa.³⁴

Quando examinamos os homens proeminentes do governo Castello Branco, verificamos que de fato grande número deles haviam passado pela ESG, ou ainda mais significativamente, eram antigos membros do corpo permanente da ESG. O próprio presidente Castello Branco foi diretor do Departamento de Estudos da ESG, de abril de 1956 a novembro de 1958. O marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, Ministro do Interior, fora o primeiro comandante da Escola. O Ministro dos Transportes, Marechal Juarez Távora, fora o segundo comandante. O diretor do novo e importantíssimo Serviço Nacional de Informações (SNI), general Golbery do Couto e Silva, era conhecido como "o pai da ESG". Ambos os Ministros do Exterior do governo, o civil Leitão da Cunha e o general Juracy de Magalhães, eram diplomados da ESG, assim como o general Geisel, chefe da Casa Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Podemos citar muitos outros membros do segundo escalão do governo que também freqüentaram a ESG.³⁵

Um ator principal no governo Castello Branco que não freqüentou a escola nem participou do seu corpo permanente foi o poderoso Ministro do Planejamento, Roberto Campos. Entretanto, desde os meados da década de 1950 ele ministrava em média duas conferências por ano na ESG e uma das razões por que Castello Branco o escolheu para Ministro do Planejamento foi ter assistido às conferências de Campos e concordado com elas em sua essência.³⁶

A sensação de crise do sistema e especialmente a radicalização da política entre 1961 e 1964 fez com que as doutrinas de contra-insurreição da ESG parecessem a muitos militares bem mais relevantes e urgentes do que haviam sido no período de elevado crescimento e de relativa paz política de 1956 a 1958. O fato de que a maioria dos oficiais não esposavam as idéias da ESG no tocante à utilidade de um forte setor privado, ou partilhavam de sua desconfiança no "nacionalismo emocional" ou de sua percepção de que o conteúdo do comunismo doméstico implicava agressivas alianças anticomunistas externas foi-se atenuando à medida que os militares começaram a cerrar fileiras em defesa de sua instituição diante do que consideraram ser uma ameaça à segurança imediata. Foi somente mais tarde, depois que se formou o primeiro governo militar, que as diferenças entre os oficiais da ESG no governo e a maioria dos oficiais fora do governo passaram a constituir um problema.³⁷

Mesmo assim, a despeito deste amplo ressentimento dos militares com relação à política específica da ESG, o ponto importante que não se perdeu de vista é que muitas das doutrinas de guerra interna, formuladas na ESG e mais tarde institucionalizadas no governo de Castello Branco sob influência da Escola, permeou todos

³³ Entrevista, Brasília, 18 de setembro de 1967.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ "Adesglanos no Governo", *Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*, n.º 103, pp. 11-15.

³⁶ Roberto Campos, entrevista com o autor, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1967.

³⁷ Veja Capítulo 11.

os principais grupos militares no Brasil foram aceitas como um fato novo fundamental na vida política e militar. A idéia central formulada na ESG era que os problemas de desenvolvimento e segurança são inseparáveis. Mesmo quando surgiram diferenças relativas a políticas específicas entre o governo de Castello Branco e o de Costa e Silva, como discutimos em capítulo posterior, quase todos os oficiais concordaram em que, sendo os problemas trabalhistas, fiscais, educacionais e outros intrinsecamente ligados à segurança do país, era legítimo e necessário aos militares se interessarem por estas áreas. Desta premissa básica proveio a contínua expansão da jurisdição militar sobre a vida brasileira quando os militares assumiram o poder em 1964.

Portanto, na época da revolução de 1964, havia um grupo de oficiais e tecnocratas civis que tinham recebido uma formação comum sobre os problemas brasileiros e que haviam desenvolvido uma doutrina controversa e discutível mas razoavelmente coerente sobre como proceder ao desenvolvimento do país. Portanto, depois da queda do presidente Goulart em 1964, havia dentro das Forças Armadas um nível de confiança relativamente elevado de que elas contavam com membros possuidores de uma solução relevante para os problemas brasileiros e que estavam tecnicamente preparados para governar. Além do mais, os estreitos laços da ESG com os civis significou que era possível entregar muitos dos postos-chave àqueles civis que partilhavam do ponto de vista da ESG.³⁸ Tudo isto contribuiu para difundir a crença em sua própria legitimidade e capacidade de governar e é um fator essencial na compreensão da mudança radical nas relações entre civis e militares que ocorreu após a queda de Goulart. No entanto, a queda de Goulart não era uma certeza mesmo na primeira semana de março de 1964.

³⁸ Uma ligação particularmente importante entre a ESG e os civis era constituída pelo laço informal ESG-IPÊS. O IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) era formado por um grupo de empresários anticomunistas que defendia a sistemática reforma "capitalista progressista" do sistema econômico e político do Brasil, como uma necessidade em si mesma e também para o desarmamento do perigo comunista no Brasil. Muitos dos civis importantes do IPÊS se diplomaram na ESG antes da fundação do IPÊS, e mais tarde alguns dos mais importantes membros fundadores do quadro da ESG, como o general Golbery do Couto e Silva e o general Heitor de Almeida Herrera, se associaram ao IPÊS. Entre 1961 e 1964, o IPÊS criticou sistematicamente as propostas de reforma do governo e ofereceu 23 detalhados projetos de reforma alternativos de sua própria lavra. Como alternativas, eles transcenderam os projetos sugeridos pela ESG. Posteriormente, no governo Castello Branco, foram utilizados muitos projetos e pessoal do IPÊS. Isto é mais visível na lei de reforma agrária do governo, na reforma bancária, no programa de habitação e na lei de estabilidade de emprego dos trabalhadores. As estimativas acima se baseiam numa visita aos quartéis-generais do IPÊS, no exame de sua literatura e em entrevistas feitas no Rio de Janeiro com o general Herrera (29 de agosto de 1968), com Glycon de Paiva (6 de setembro de 1968) e com Paulo Assis Ribeiro (9 de setembro de 1968), todos atuais ou antigos membros do IPÊS.

Capítulo 9

A Tomada do Poder — A Revolução de 1964

FATORES QUE IMPEDIRAM OS MILITARES DE ASSUMIR O PODER

Nos anos que precederam 1964, os crescentes encargos econômicos e a crença decrescente na capacidade e legitimidade do sistema político existente enfraqueceu alguns dos elementos principais que impediam os militares de assumir o poder. Além disso, da busca geral de novas fórmulas políticas para o Brasil resultaram algumas tentativas, da parte de muitos setores, de envolver os militares muito mais profundamente no processo de solução das crises.

Os oficiais passaram a achar cada vez mais que seu papel moderador destruiu sua própria unidade e integridade como instituição. No entanto, seria incorreto inferir que estes conjuntos de condições políticas e econômicas por si sós levaram *inevitavelmente* à derrubada do presidente Goulart em 1964 e ao estabelecimento de um governo militar pela primeira vez no século XX.

Três questões que envolvem o colapso real e a decisão dos militares de assumir o governo precisam ser estudadas. Em primeiro lugar, considerando as crescentes pressões sobre o sistema, o que realmente continuou a impedir que os militares passassem à ação? Isto implica a análise de vários fatores. Em segundo lugar, se um tal conjunto de fatores estava presente, o que uma análise gradativa da crise de 1964 revela acerca do modo pelo qual a deposição de Goulart se tornou mais do que um movimento tradicional? E, finalmente, de que forma a propensão à falência do antigo padrão das relações entre civis e militares tornou-se um colapso real, de modo a dar margem a novo padrão?

Houve, de fato, inúmeros fatores importantes a impedir que os militares assumissem o poder, mesmo no começo de março de 1964. Muitos dos principais governadores civis, que tradicionalmente desempenhavam um papel fundamental nas decisões do poder central, tinham interesse em que o sistema político continuasse a funcionar normalmente, porque eles próprios eram candidatos importantes às eleições presidenciais marcadas para outubro de 1965. Adhemar de Barros, governador de São Paulo, contando com uma força pública de cerca de 30.000 homens, era um ativo candidato do partido populista PSP. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, não só contavam com fortes forças policiais do Estado, mas também disputavam o apoio do partido UDN. Na esquerda, o presidente Goulart não podia, pelos termos da Constituição de 1946, suceder-se a si mesmo, e Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, sendo parente do presidente, também estava constitucionalmente impedido de concorrer à presidência. Isto quer dizer que o mais poderoso governador da esquerda, Miguel Arraes, de Pernambuco, também tinha grande interesse em que Goulart permanecesse

no cargo e as eleições se realizassem conforme estavam marcadas. Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, todos sabiam da existência de um plano para depor Goulart se este tentasse um golpe para ampliar seus próprios poderes, mas nenhum deles se comprometeu com este plano até fins de março de 1964.

Outro fator a impedir a derrubada de Goulart era o legalismo da maioria dos civis e militares importantes. Apesar da desconfiança com que Goulart era encarado por muitos, era não obstante o presidente do Brasil eleito constitucionalmente, digno portanto do apoio legalista pelo simples fato de ocupar a presidência, como dotado de poder de designar para postos de importância civis e militares que lhe fossem fiéis.

Do lado militar, havia razões para que a emergência de novas atitudes, tais como o temor institucional, o declínio da confiança nos civis e o aumento de confiança em sua capacidade de governo, não fossem todavia motivos suficientes para que assumissem o poder. Embora bastante cedo surgissem grupos de conspiradores a buscar claramente um pretexto para depor o presidente Goulart, os militares em conjunto estavam bastante divididos, devido principalmente à tentativa frustrada, em 1961, de impedir que Jango assumisse a presidência em consequência da renúncia de Jânio Quadros. O receio de dividir novamente o Exército constituiu um obstáculo decisivo contra qualquer tentativa de golpe. Segundo afirmou o general Golbery, "1961 foi um desastre para o Exército", e as Forças Armadas somente tentariam derrubar Goulart se houvesse um movimento de opinião pública claramente favorável.¹ Igualmente importante, afirmava o mesmo general, era o fato de que, em 1963, os ativistas favoráveis a uma revolução representavam tão-somente cerca de 10% do quadro de oficiais superiores, ao passo que 70 a 80% eram "legalistas" ou simplesmente não-ativistas. Embora muitos desse último grupo sentissem uma crescente apreensão pela situação que o Brasil atravessava, e especialmente pelo problema da disciplina e unidade militar, não obstante eles obedeceriam ao presidente em sua condição formal de comandante-em-chefe do Exército. Os outros 10 a 20% do quadro de oficiais eram ativistas favoráveis a Goulart, e haviam sido designados por ele para muitos dos comandos de tropa e cargos administrativos.²

Ainda nos princípios de março de 1964, havia uma apreensão geral de que Goulart contava com um apoio bastante ativo, de tal modo que qualquer tentativa para depô-lo poderia significar uma guerra civil de dois ou três meses.³ O movimento militar de maior importância contra Goulart era o que se chamou plano de golpe "defensivo".⁴ Este plano discutia medidas que os oficiais deviam tomar no caso de Goulart seguir caminhos que as Forças Armadas consideravam ilegais. O rótulo de defensivo dado a esta conspiração aumentou sua capacidade de angariar apoio. Não obstante, enquanto Goulart não adotasse medidas inconstitucionais, não havia da parte dos civis uma exigência muito grande para que os militares intervissem. Sem estas exigências, os ativistas militares não podiam constituir uma coligação vitoriosa no sentido de adotar uma primeira medida *arréssiva contra o presidente*.

Graças a estes vários conjuntos de fatores inibitórios, podia-se sustentar firmemente que o presidente Goulart chegaria ao fim de seu mandato sem que os militares tomassem qualquer medida para derrubá-lo e sem que o regime político entrasse em colapso total.

¹ Cf. Capítulo 5, nota 52.

² *Ibidem*.

³ Inúmeros militares com quem falei mencionam esta apreensão.

⁴ Para uma discussão do "golpe defensivo", cf. José Stacchini, *Março 64: Mobilização da Audiência* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965), pp. 66-72; e Carlos Castello Branco, "Da Conspiração à Revolução", em *Os Dias de Março*, por Alberto Dines et al. (Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964), pp. 277-306.

Então, por que Goulart foi deposto, e com tão relativa facilidade? Naturalmente, a crise econômica e política havia gerado, pelo menos para os militares, os "reagentes químicos" capazes de produzir uma ruptura do regime. Já bem antes de 13 de março de 1964 existiam os componentes necessários para decretar uma ruptura, mas não constituíram causa bastante para uma mudança de regime. Os reagentes tinham de alcançar uma "temperatura" e "pressão" críticas para que realmente se desse a reação.⁵ Minha opinião é que a qualidade da liderança política é uma variável importante e pode às vezes impedir que as "condições revolucionárias" se tornem "condições suficientes".

Portanto, para analisar os motivos reais da revolução, precisamos discutir a questão da liderança política, porque, apesar dos muitos fatores contribuintes ao nível macro-sistêmico, as causas finais da revolução estavam intimamente relacionadas com questões da estratégia e tática que Goulart pôs em prática a fim de "reequilibrar" o sistema político.

A ESTRATÉGIA DE GOULART

Em meados de março de 1964, Goulart decidiu solucionar a crise política tentando fazer a balança do poder pender a seu favor. Esta decisão iria alterar profundamente o futuro da política brasileira. É legítimo, pois, analisar sua ação como uma estratégia e como Goulart foi deposto apenas três semanas mais tarde, procurar os pontos fracos desta estratégia. Um relato gradativo da crise mostrará que ela evoluiu para a solução.

Os estágios finais da crise começaram a 13 de março, quando se realizou no Rio de Janeiro um grande comício popular. O presidente e seus partidários sindicalistas organizaram o comício propositadamente, pois consideravam-no o primeiro passo para a solução da crise. Na manhã do dia do comício, Goulart afirmou a um entrevistador:

Hoje eu vou correr todos os riscos. O máximo que pode me acontecer é ser deposto. Não renunciarei nem me suicidarei.⁶

Diante da observação do entrevistador de que a situação do Brasil não exigia renúncia ou suicídio, Goulart respondeu:

Eu sei. Apenas estou imaginando o pior que pode me acontecer, depois de minha decisão de promover as reformas e obter maiores poderes do Congresso. Mas nada acontecerá porque meu dispositivo militar é excelente. Assis Brasil me garantiu que, ao meu comando, o Exército me seguirá... Doravante, governarei somente com o apoio do povo. E o que todos verão hoje [no comício] é que o povo mudou. Eles despertaram, estão maduros para os grandes problemas do país.⁷

⁵ Chalmers Johnson, *Revolutionary Change* (Boston, Little, Brown & Company, 1966), pp. 90-94, estabeleceu uma distinção semelhante entre os pré-requisitos revolucionários necessários e as causas finais de uma revolução, que ele chama de "acelerador". Prefiro não usar este termo, porque ele (embora não se dê o mesmo com o corpo da análise de Johnson) implica que estamos preocupados apenas com a velocidade da "inevitável" ruptura.

⁶ Citado em Antonio Callado, "Jango ou o Suicídio sem Sangue" em *Os Idos de Março*, de Alberto Dines et al., p. 256. O presidente se refere à renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e ao suicídio do presidente Vargas, em agosto de 1954.

⁷ *Ibid.*, p. 256-257. Dispositivo, como foi usado na época de Goulart, significou muito mais do que "apoio". Queria referir-se aos oficiais superiores que eram pessoalmente leais ao presi-

Goulart esperava mobilizar o poder político das massas e exigir as reformas através de um plebiscito ou de decreto, ou pressionando o Congresso, ou mesmo fechando-o. Para isso, ele reconhecia implicitamente sua necessidade não só do apoio passivo das Forças Armadas, mas também do apoio ativo e agressivo dos principais generais que ele nomearia. A estratégia, para ser efetiva, exigia que as tropas do Exército dessem proteção e apoio às manifestações de massa e às greves que Goulart planejava desencadear por todo o país. Provavelmente também implicaria que os principais líderes do Exército pressionassem o Congresso a fim de que esse aprovasse as "reformas de base". Se o Congresso se recusasse, o Exército seria o fator fundamental em qualquer tentativa de Goulart para insistir na realização de um plebiscito nacional para estas reformas. Do mesmo modo, seria exigido apoio ativo dos três comandantes das Forças Armadas se Goulart tentasse declarar estado de sítio.⁸

Esta grande confiança que Goulart depositava nos ativistas militares leais que ele designara para posições-chave é coerente com o padrão moderador das relações entre civis e militares até 1964. Neste sistema de relações, um executivo fraco que governa um país dividido tentará utilizar os militares para aumentar seu poder. Um dos assessores mais chegados a Goulart descreveu a atitude do presidente com relação aos militares no início do período de crise:

Goulart achava que mantinha boas relações com o Exército...

Ele pretendia colocar os militares em tantos postos-chave quanto fosse possível. Era uma forma de poder e tinha de ser usada...

Ele achava que tinha de pressionar o Congresso mobilizando a opinião das massas e utilizando os militares.⁹

Como vimos, esta atitude é coerente com o comportamento de Goulart na presidência, no período de 1961 a 1963, quando usou os militares para forçar uma realização antecipada do plebiscito, para solicitar um estado de sítio e para derrotar os oponentes.¹⁰

Assim, nos meados de março de 1964, quando Goulart planejava sua estratégia de mudança com base no apoio militar, sua suposição de utilizar os militares tinha seus precedentes. Entretanto, a tática de nomear novos ministros militares quando os antigos não concordavam com ele — teve quatro ministros militares desde que assumiu a presidência — cortou suas fontes de informação acerca da opinião das Forças Armadas. Os oficiais mais ligados a ele, que o incitavam a prosseguir em sua tentativa de aumentar a pressão sobre o Congresso, estavam cada vez menos afinados com o núcleo do sentimento militar.

Além disso, a estratégia de Goulart que objetivava mobilizar as massas através de ativistas de esquerda no país, embora esperasse equilibrar a esquerda com os

dente e estavam ativamente empenhados em realizar a política do presidente. Teoricamente, o dispositivo incluía todos os oficiais e as tropas sob o comando dos oficiais superiores.

O general Assis Brasil era o chefe da Casa Militar do presidente e, como tal, um dos principais oficiais de ligação entre o presidente e os militares.

⁸ Como Goulart foi deposto por elementos militares logo após o comício de 13 de março, que deu início à deliberada intensificação da crise, este roteiro nunca foi posto em prática. Contudo, mesmo para um observador de fora, eram claras as linhas gerais da tentativa do governo de dar uma solução ao sistema político. O Autor se achava no Brasil nesta época e escreveu um artigo, uma semana antes da revolução, intitulado: "Brazil: Mend or End", *Economist* (April 4, 1964), p. 31, que refletia esta sensação de crise iminente.

⁹ Entrevista, 11 de outubro de 1968, Rio de Janeiro, com Raul Riff, secretário de imprensa do presidente Goulart, que mais tarde teve os direitos políticos cassados pelo governo militar.

¹⁰ Cf. Capítulo 4.

de tensão e fraqueza.

O perigo inerente com relação ao dispositivo militar do presidente era que uma mobilização difusa e personalista das massas, para ter êxito em pressionar o Congresso, poderia ultrapassar os limites de tolerância de muitos oficiais para com a desordem interna. Do mesmo modo, as tentativas de Goulart para usar a organização comunista correram o risco de diminuir o apoio daqueles oficiais que endossavam as reformas de Goulart em bases nacionalistas-esquerdistas, mas viam com maus olhos a ligação institucional com o Partido Comunista Brasileiro.

Uma debilidade importante da estratégia de Goulart com relação à esquerda era que esta se achava por demais fragmentada e pouco mobilizada para sustentar aquela estratégia; além disso, o próprio Goulart era incapaz de liderar efetivamente a esquerda, porque no passado ele pendera ambigualmente ora para a esquerda ora para direita. Goulart não contava com a confiança dos principais elementos de esquerda. Miguel Arraes, que era a principal figura da esquerda que tinha condições de candidatar-se às próximas eleições presidenciais, temia que Goulart mudasse a data das eleições. Arraes também sabia que o presidente sempre tentara mentir sob controle designando generais anticomunistas fortes para comandar o IV Exército localizado no Recife. Além disso, ele estava ciente de que, em 1963, Goulart pensara em depô-lo, a ele o principal governador esquerdista, e a Lacerda, o principal governador de direita, a fim de solidificar sua posição. Arraes declarou a várias pessoas o seu medo de que, se Goulart desse um golpe, ele próprio seria um dos primeiros a sofrer.¹¹

O líder do partido comunista, Luís Carlos Prestes, também era profundamente ambivalente sobre Goulart. Prestes pretendia usá-lo para mobilizar o país, mas temia que uma tentativa prematura de radicalizar a nação e eliminar a burguesia de uma coligação reformista precipitaria um contragolpe onde os comunistas seriam destruídos.¹² Prestes também receava que, se Goulart executasse um golpe de esquerda, poderia muito possivelmente não cumprir sua promessa de formar um partido comunista legal.¹³

Francisco Julião, o mais famoso líder das ligas camponesas no Nordeste, era hostil a Goulart, a quem acusava de tentar transformá-lo num chefe sindicalista rural controlado pelo Ministério do Trabalho. Segundo Julião, Goulart não o havia apoiado em sua última campanha eleitoral.¹⁴

Brizola, o membro mais inconstante da esquerda, freqüentemente fazia acusações a Goulart, tachando-o de burguês e oportunista. O porta-voz de Brizola, *Panfleto*, publicado em fevereiro e março de 1964, criticou muitas vezes as políticas de Goulart. No começo de março, Brizola chegou a dizer que nunca mais ficaria num palanque junto com Goulart, porque este tinha muitos conservadores em seu gabinete.¹⁵

¹¹ Cf. Fernando Pedreira, *Março 31: Cívica e Militares no Processo da Crise Brasileira* (Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964), p. 13; também Dines, *Os Idos de Março*, pp. 31, 83.

¹² Cf. Thomas Skidmore, *Politics in Brazil, 1910-1964* (New York: Oxford University Press, 1967), p. 278, e sua extensa nota bibliográfica na pág. 414. Desde a revolução, o partido comunista publicou várias reavaliações nas quais criticava a "estratégia imatura" que precipitou a contra-revolução. Alberto Guerreiro Ramos, importante político de esquerda e notável cientista social, escreveu um aviso profético antes do golpe sobre os perigos de muitos esquerdistas estarem preocupados mais com a "metáfora" do que com as realidades políticas da revolução. Cf. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963).

¹³ Dines, *Os Idos de Março*, p. 30.

¹⁴ Cf. a entrevista de Julião a Antonio Callado, em *Tempo de Arraes: Padres e Comunistas na Revolução sem Violência* (Rio de Janeiro: José Álvaro, 1965), pp. 59-60.

¹⁵ Dines, *Os Idos de Março*, p. 19.

Finalmente, com respeito aos sindicatos, já discutimos sua amargurada básica com relação a Goulart, quando citamos sua recusa a apoiar seu pedido de estado de sítio em setembro de 1963.

A estratégia que Goulart pôs em prática de forçar o sistema a fim de dar uma solução à crise teve êxito porque intensificou esta crise. Em 19 dias desde o comício de 13 de março, o sistema político brasileiro fora fundamentalmente mudado. Contudo, os resultados foram o oposto do que pretendia Goulart. Analisemos o motivo.

O COMÍCIO DE 13 DE MARÇO E A REAÇÃO CIVIL-MILITAR

Os dois fatos decisivos nas relações entre civis e militares que precipitaram a revolução de 1964 foram o comício de 13 de março e o motim dos marinheiros de 27 a 29 de março.

Na reunião popular de 13 de março, amplamente difundida pela televisão e pelo rádio, Goulart lançou uma campanha em favor de amplas reformas estruturais e políticas que vieram a ser conhecidas pelo termo "reformas de base". Nele anunciou que acabava de assinar um decreto de reforma agrária que declarava sujeitas a expropriação todas as propriedades subutilizadas de cerca de 500 hectares, situadas dentro de 10 quilômetros das rodovias, ferrovias públicas, e terras de 30 hectares localizadas dentro de 10 quilômetros das represas federais ou projetos de drenagem. Também nacionalizou todas as refinarias de petróleo particulares que ainda restavam no Brasil. Anunciou planos futuros de conceder aos analfabetos o direito de voto, o que quase iria dobrar o eleitorado, e de legalizar o partido comunista.

Exigiu que a constituição fosse reformada por ser obsoleta, pois "legalizava uma estrutura econômica injusta e desumana". Seu cunhado, Leonel Brizola, foi além, afirmando que o Congresso havia perdido "toda identificação com o povo"; propugnava o estabelecimento de um "congresso composto de camponeses, operários, sargentos e oficiais nacionalistas". Tanto Brizola quanto Goulart ameaçaram com a realização de um plebiscito, usando o eleitorado aumentado para passar por cima do congresso se este apresentasse um obstáculo a estes planos.

Goulart cumpriu sua promessa do comício imediatamente, apresentando suas reformas de base ao Congresso no dia 15 de março. Informou claramente ao Congresso de que os ministros militares haviam visto e aprovado o programa. Anunciou-se ainda que seriam realizadas por todo o país uma série de manifestações de massa. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão não reconhecido legalmente, ameaçou decretar uma greve geral se o Congresso não aprovasse as mudanças constitucionais até 20 de abril e recomendou também que Goulart proclamasse uma moratória unilateral sobre o pagamento das dívidas ao exterior. O Dia do Trabalho seria o dia da resolução se até lá as elites políticas continuassem intransigentes.¹⁶

Em termos de estratégia e tática de liderança e sobrevivência política, o que se pode dizer sobre a eficácia de Goulart e de seus aliados? Sem tentar discutir os méritos dos objetivos propostos,¹⁷ pode-se afirmar que a tática de Goulart fez diminuir o apoio com que contava e tendeu a aumentar a possibilidade de um golpe militar sustentado por grande parte da opinião civil.

¹⁶ Para o comício de 13 de março e conseqüências imediatas, cf. Brazil: Mend or Frid, p. 11, do mesmo autor. Para uma descrição escrita pelo Ministro da Justiça no governo de Goulart, cf. Abelardo Jurema, *Sexta-Feira, 13: Os Últimos Dias do Governo João Goulart* (Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964), pp. 139-149. Também Dines, *Os Idos de Março*, pp. 195-219, 249-262.

¹⁷ Pessoalmente, acho que a maioria dos objetivos eram de algum modo desejáveis.

F 1401 - 33P

Em primeiro lugar, na atmosfera de euforia que impregnou a esquerda depois do comício de 13 de março, houve grande esperança na mobilização de grupos que, anteriormente, estavam marginalizados do processo político. Goulart lançou um ataque decisivo aos detentores do poder, mas ele não organizara antes um apoio suficiente para dar eficiência a este ataque. Como afirmou um elemento de seu staff, "Goulart queria fazer mais reformas do que sua força permitia. Ele não contava com um apoio organizado para as grandes reformas que anunciou".¹⁸ Quase não se fez qualquer esforço para manter de seu lado como aliados a esquerda moderada e o centro que no passado haviam cooperado em algumas reformas. Pode-se afirmar categoricamente que para Goulart, assim como para vários outros nacionalistas retóricos como Sukarno ou Nkrumah, o poder em si, em termos de símbolos revolucionários e a presença física das massas tinham um efeito debilitador sobre sua capacidade de fazer os cálculos normais de "sobrevivência política", de julgar ações em termos de aliados ganhos localizados estrategicamente versus inimigos criados localizados estrategicamente. Um dos aliados mais chegados a Goulart neste período de crise comentou posteriormente que o comício popular havia desorientado as percepções políticas de Goulart:

Sexta-feira, 13, foi o início da campanha pelo poder encetada pelo presidente. Levou-o a um delírio de glória efêmera... [na qual] subestimou seus adversários e superestimou a força das massas.¹⁹

Um exemplo característico da indiferença quase deliberada em ganhar ou conservar aliados potenciais foram os freqüentes pronunciamentos dos ativistas principais de esquerda: a composição de um futuro governo reformista forte (que "decerto" o novo poder das massas geraria brevemente) não deveria incluir quaisquer "reformadores burgueses", como Santiago Dantas, político da esquerda moderada muito respeitado e influente. Mesmo um jornal como o *Diário Carioca*, que havia apoiado firmemente as reformas programáticas exigidas por Goulart, ofendeu-se com esta tática.²⁰

Além dos aliados perdidos, está claro que o comício de 13 de março, elevando simultaneamente ao nível de crise numerosos problemas básicos, tendeu a maximizar o número de opositores de Goulart entre aqueles localizados estrategicamente na estrutura de poder.²¹ Entre 13 e 15 de março, as exigências de Goulart no sentido de reformas de base constituíram ameaças para vários elementos, entre os quais latifundiários, militares, congressistas, capitalistas estrangeiros, anticomunistas e industriais. A retórica da revolução, ao lado da inflação galopante, criou mais temor e insegurança entre as classes médias. Em muitas questões, estes grupos eram hostis entre si, mas a ofensiva de Goulart os uniu e minimizou suas diferenças.²²

¹⁸ Entrevista com Raul Riff, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1968.

¹⁹ Jurema, *Sexta-Feira*, 13, p. 149.

²⁰ Cf. seu editorial altamente agressivo, "Frente Ampla ou Frente Estreita?", *Diário Carioca*, 24 de março de 1964.

²¹ Para uma discussão dos perigos que aparecem em levantar ao mesmo tempo numerosos problemas, cf. Juan Linz, "The Breakdown of Democratic Regimes" (trabalho preparado para o Sétimo Congresso Mundial de Sociologia, Varna, Bulgária, 14-19 de setembro de 1970).

²² Devido aos sentimentos gerais de que o Brasil estava precisando de reformas fundamentais, dada a falta de unidade entre as elites, talvez uma estratégia de reforma mais frutífera poderia ter sido reformar em série, tentando formar a maior constituinte possível para cada reforma, e de cada vez reconstituindo ligações para novas reformas. Para uma discussão dessa estratégia de reforma, cf. os dois últimos capítulos de Albert Hirschman, *Journeys Toward Progress* (New York: Twentieth Century Fund, 1963); cf. especialmente seu "Model 1: Engineering Reform with the Help of the Perspective of Revolution", pp. 277-285.

Muitas pessoas que antes eram "pró-governo" mudaram para uma posição que anteriormente chamamos de "pró-regime mas antigoverno". Os conservadores "antigoverno" tornaram-se cada vez mais "anti-regime".

Mais tarde, do exílio, o Ministro da Justiça escreveu sobre este aspecto contraproducente do comício popular para o governo de Goulart. Ele afirmou relutantemente que o comício de 13 de março "havia sido a pedra de toque da oposição no combate ao governo. O comício criou a expectativa de uma crise, de um 'golpe', rebeliões, tumultos, motins, ou subversão geral no país. (...) Depois de 13 de março a oposição estava galvanizada".²³ Indicativa desta galvanização da oposição foi o comício muito mais numeroso de elementos da classe média em São Paulo, a 19 de março, numa demonstração contra Goulart e a favor da legalidade.²⁴ A retórica da "política de ressentimentos" trouxe poucos partidários para o lado de Goulart, mas lhe valeu alguns inimigos poderosos e estrategicamente localizados. Um exemplo foi a qualificação de "gorila" que Brizola atribuiu abertamente ao general Muricy, num palanque público. O general Muricy, comandante no Norte, foi um dos primeiros a levantar-se em armas contra Goulart. A freqüente ridicularização do Congresso era outra tática cujo resultado foi induzir o Congresso a não cooperar na aprovação das reformas de base de que o governo Goulart precisava.

Um exemplo posterior e mais geral das tentativas de Brizola para obter apoio marginal às custas de criar poderosos inimigos no centro do sistema político foi sua tática de exigir repetidas vezes a criação de *grupos dos onze* (revolucionários guerrilheiros armados). Alguns apelos particulares poderiam ter sido mais eficientes e não teriam criado temor entre os fazendeiros e a classe média, nem teriam provocado a mudança de alguns oficiais da posição de neutralidade para conspiração ativa contra Goulart.

REAÇÃO A 13 DE MARÇO OS EFEITOS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS

A despeito das grandes tensões existentes no governo brasileiro, por volta de fins de fevereiro de 1964, vários fatores importantes impediram que os militares tentassem depor Goulart. Os mais importantes entre eles foram: (1) o fato de Goulart contar com uma razoável soma de apoio passivo simplesmente por ser o presidente eleito constitucionalmente; (2) o desejo dos políticos, sobretudo dos principais governadores que aspiravam à presidência, de que as eleições fossem realizadas na data marcada; e (3) o fato de os militares ainda se acharem divididos o bastante para hesitarem em iniciar uma ação militar sem um grande apoio da opinião pública. No entanto, a tática que Goulart e seus aliados usaram para promover as reformas de base enfraqueceu significativamente todos estes obstáculos que ainda restavam à ação dos militares.

O ataque de Goulart à constituição, tachando-a de arcaica e obsoleta, no comício de 13 de março, enfraqueceu seu próprio direito como presidente constitucional à obediência dos militares. Este ponto foi ressaltado inúmeras vezes em declarações públicas e em editoriais de jornais. O *Diário de Notícias* publicou em editorial:

É inegável que existem forças subversivas visando claramente uma tentativa de derrubar o regime e as instituições existentes: (...) Estas forças parecem ter cooptado o próprio presidente e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à constituição.

²³ Jurema, *Sexta-Feira*, 13, pp. 144-145.

²⁴ Ainda não existe um estudo detalhado deste contracômício mas seria valioso.

Se a autoridade suprema do Executivo se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer às leis, ele automaticamente perde o direito de ser obedecido (...) porque este direito emana da Constituição. As Forças Armadas, pelo artigo 177 da Constituição, são obrigadas a "defender o país e a garantir o poder constitucional, a lei e a ordem". (...) Se a Constituição é "inútil" (...) como pode o presidente ainda comandar as Forças Armadas?²⁵

O comício de 13 de março também gerou pela primeira vez um receio geral de que a campanha do governo de Goulart pudesse resultar num adiamento das eleições nacionais, marcadas para outubro de 1965 ou numa profunda mudança nas leis eleitorais (tais como tornar elegíveis Goulart, ou seu unhado Brizola). Isto provocou um impacto relevante sobre a opinião dos civis e dos militares com respeito à deposição de Goulart. Em 1961, os militares estavam grandemente divididos na tentativa de destituir Goulart unilateralmente, sem prévia sanção ou apoio civil. Inúmeros conspiradores contra Goulart haviam decidido que qualquer tentativa de depô-lo devia ser iniciada pelo governador de um grande Estado, que contasse com o apoio de sua própria polícia militar.²⁶ Os dois Estados principais eram São Paulo e Minas Gerais. Ambos eram governados por homens que haviam participado da elaboração da estratégia do golpe defensivo.²⁷ O governador de Minas Gerais, em particular, tinha mesmo feito planos para resistir a um golpe de Goulart, declarando um estado de beligerância e pretendia usar sua polícia militar para lutar contra o governo central.²⁸ Além disso, cada Estado havia reforçado sua polícia estadual a fim de aumentar suas fontes de poder militar.²⁹

²⁵ Editorial em primeira página, *Diário de Notícias*, 23 de março de 1964.
²⁶ Por exemplo, o general Mourão Filho, que afinal deu início à revolução, escreveu que a teria tentado mais cedo se tivesse recebido um manifesto ao país de quatro grandes governadores. Cf. seu relato oficial, publicado em forma de ordem do dia, "Relatório da Revolução Democrática Iniciada pela 4.ª RM e 4.ª DI em 31 de março de 1964", *Comando da 1.ª Região Militar*, 1.ª Divisão de Infantaria e Guarnição de Juiz de Fora (9 de maio de 1964), p. 1. (Cópia de posse do autor.)

²⁷ Numa entrevista gravada com José Stacchini, de *O Estado de São Paulo*, a 20 de março de 1965, o general Mourão Filho afirmou que, em janeiro de 1962, fora procurado por Adhemar de Barros em São Paulo que lhe transmitira que, de suas conversas com Goulart e com Brizola, ele estava convencido de que tentariam impor uma "república sindicalista". Adhemar pediu ao general Mourão Filho que se unisse a ele na preparação de um plano militar para conter esta ameaça.

²⁸ Cf. Pedro Gomes, "Minas: Do Diálogo ao 'Front'", in Dines, *Os Idos de Março*, pp. 73-74. Numa declaração assinada a *O Estado de São Paulo*, em abril de 1965, o general Guedes, comandante da 4.ª Divisão de Infantaria localizada em Minas, de 1962 a 1964, emitiu sua opinião: "Durante longo tempo, Magalhães Pinto e eu fizemos um acordo mútuo. Minas Gerais não aceitaria qualquer tipo de golpe... se ele fosse tentado, fecharíamos as fronteiras do Estado imediatamente e convocaríamos todos que estivessem dispostos a lutar pela liberdade. Fariamos destas montanhas um baluarte de onde sairíamos cedo ou tarde para reconstruir o que fora destruído". (Cópia de posse do autor.)

²⁹ Uma declaração assinada a *O Estado de São Paulo* pelo coronel José Canavo Filho, ex-comandante da Força Pública do Estado de São Paulo, afirma que, através de financiamento clandestino de indústrias particulares, a Polícia Militar recebeu dinheiro e assistência técnica que lhe permitiram fabricar suas próprias armas anticarros, granadas de mão, explosivos e alguns foguetes pequenos. Observou ele que os civis contrários a Goulart estavam se armando com certa rapidez. Algumas tentativas foram feitas de adquirir armas no exterior. Cópia de posse do autor.) Cf. também o artigo sobre as polícias estaduais que menciona o treinamento de guerra antiguerilha da Força Pública antes da revolução e que mostra uma fotografia das viaturas blindadas para transporte de soldados equipadas com metralhadoras, pertencentes à Polícia Militar de São Paulo, "Polícia: Tradição é o seu Traço Comum", *Visão* (5 de novembro de 1965), pp. 57-58.

Em Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas aumentou de 11 500 homens em 1958 para 18 000 em 1964, antes da revolução. Cf. Tenente-Coronel Geraldo Tito Silveira, *Crônica da Polícia Militar de Minas* (Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1966), pp. 280-298.

Contudo, sendo importantes adversários nas próximas eleições presidenciais, os dois governadores tinham um interesse oculto na permanência de Goulart no governo e em que as eleições fossem realizadas na data marcada. Entretanto, quando ficou patente que Goulart estava tentando reestruturar o sistema político, tentativa que poderia impedir sua disputa da presidência, os dois governadores começaram a conspirar ativamente contra Goulart.

O governador Magalhães Pinto reagiu rapidamente ao comício de 13 de março. A 20 do mesmo mês, ele tornou público um manifesto, através da televisão nacional, onde declarava que Minas Gerais resistiria a qualquer "revolução comandada de cima". No dia seguinte, assinou acordos com o governador do Espírito Santo, Lacerda de Aguiar, que lhe permitiam usar o porto de Vitória e as ferrovias a fim de carrear provisões para Minas no caso deste Estado levantar-se em armas contra as tropas federais de Goulart.³⁰ Tal guerra, achava o governador, poderia durar até três meses. Afirmando que Magalhães Pinto considerava "surrealista" qualquer discussão das eleições presidenciais nesta época.³¹

O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, dirigiu-se a uma estação de televisão na noite de 20 de março, onde fez um discurso apaixonado, com a duração de três horas, condenando o governo de Goulart por fomentar a revolução. Enfatizou sua vontade de resistir pela força e declarou que a Força Pública de São Paulo contava 30.000 homens, bem como aviões para transportá-los. Ressaltou que esta força era duas vezes maior que as tropas federais aquarteladas em São Paulo, onde havia inúmeros generais favoráveis a Goulart.³²

As Forças Armadas também foram profundamente afetadas pelo comício de 13 de março, e suas divisões internas acerca da necessidade de depor Goulart começaram a desaparecer. A mudança de posição dos governadores de Minas Gerais e São Paulo fortaleceu grandemente os conspiradores militares.

Do comício de 13 de março resultou também uma mudança na atmosfera na imprensa. Antes desse dia, nenhum editorial exigiu diretamente dos militares que assumissem a responsabilidade de resolver a crise. No entanto, o comício suscitou alguns problemas, como a mudança da Constituição, a instauração de uma assembléia constituinte e o fechamento do Congresso. Depois de 13 de março, começaram a surgir apelos ao papel constitucional dos militares para garantir os três poderes, o Legislativo, o Judiciário e não apenas o Executivo. Os editoriais pediam aos militares que não apoiassem as ameaças à ordem que o governo vinha fazendo. Esta resposta pública ao comício de 13 de março facilitou o papel dos conspiradores, que tentavam criar uma maioria dentro das Forças Armadas pronta a depor Goulart da presidência.

O editorial de *O Jornal*, com o título de "Defesa da Ilegalidade", publicado dois dias após o comício de 13 de março, ilustrou o novo clima de condenação aberta das Forças Armadas por continuarem a obedecer às ordens "ilegais" do presidente:

Dizem as Forças Armadas que participaram do comício revolucionário e ilegal (...) em obediência à ordem do presidente!

Ninguém é obrigado a acatar ou a obedecer a uma ordem abusiva, muito menos a dar proteção àqueles que desafiam e infringem as leis e que fazem agitações numa praça pública em favor de uma revolução comunista.

³⁰ Cf. o capítulo extremamente interessante de Pedro Gomes sobre o papel de Minas Gerais na revolução, "Minas: Do Diálogo ao 'Front'", in Dines, *Os Idos de Março*, pp. 87-89.

³¹ *Ibid.*, p. 91.

³² Cf. o capítulo sobre o papel de São Paulo na revolução por Eurilo Duarte, "32 Mais 32 Igual a 64", in Dines, *Os Idos de Março*, pp. 125-160.

O Congresso é um dos poderes da República e as Forças Armadas têm o dever de respeitá-lo e de defendê-lo contra aqueles que tentam destruí-lo. As Forças Armadas não cumpriram este dever no comício de 13 de março.³³

Outro elemento na coligação formada contra Goulart foi a liberdade dos oficiais reformados de exprimir seus sentimentos contra ele. Setenta e dois generais reformados assinaram um manifesto, que recebeu ampla divulgação, onde era declarado que o dever constitucional dos militares era defender a ordem e obedecer ao presidente somente "dentro dos limites da lei". O manifesto argumentava ainda que o governo se colocara fora da lei ao atacar o congresso e, portanto, concluiu, "as Forças Armadas deixam de ser obrigadas a preservar e garantir o governo".³⁴ O desenvolvimento da crise atingiu tal amplitude, dentro das Forças Armadas, que o chefe do Estado-Maior, general Castello Branco, sem referir-se no entanto à deposição de Goulart, pôde usar a constituição e as regras tradicionais do papel moderador dos militares para alertar o Exército a que estivesse preparado para tomar algumas medidas. Isto estava expresso numa nota reservada enviada a todos os comandantes de unidade. Tratava-se da primeira nota desta natureza e constituía uma resposta direta ao comício de 13 de março:

Compreendo a intranqüilidade e o questionamento de meus subordinados nos dias que se seguiram ao comício do dia 13 deste mês... Duas ameaças são evidentes, o advento de um congresso constituinte como um meio de executar as reformas de base e o desencadeamento de uma cadeia maior de agitação pelo ilegal Comando Geral dos Trabalhadores. As Forças Armadas foram chamadas a apoiar tais medidas. Não se exige propriamente das instituições militares nacionais e permanentes que defendam os programas do governo, muito menos sua propaganda, mas que garantam os poderes constitucionais e o funcionamento e aplicação da lei. Parece não existir qualquer outro caminho senão garantir a lei, que não permite um tal movimento grave e ilegal (...). É necessário, portanto, continuar a agir sempre dentro dos "limites da lei", estar pronto para defender a legalidade, ou seja, o total funcionamento dos três poderes constitucionais e a aplicação da lei, inclusive a do processo eleitoral, e a agir contra uma revolução que visa estabelecer uma ditadura e uma assembleia constituinte, contra a calamidade pública que deve ser promovida pelo Comando Geral dos Trabalhadores e contra a perversão do papel histórico das Forças Armadas.³⁵

Além dessas reações específicas, houve outros efeitos mais gerais do comício de 13 de março sobre as relações entre civis e militares. A ameaça do uso da força estava implícita no apelo de Goulart para instaurar a crise fora dos canais políticos tradicionais. Muitos grupos diferentes começaram a se armar. O que é mais importante politicamente, tanto os civis quanto os militares acreditavam que a nação estava se armando. Neste sentido, o cenário estava se transformando numa arena onde a linguagem dominante era a violência e não a política. Ora, os militares sempre se consideraram detentores de um monopólio do uso legítimo das armas e encaravam

³³ "Defesa da ilegalidade". O Jornal, 15 de março de 1964.

³⁴ "Generais: Goulart é Transgressor da Lei". Diário de Notícias, 22 de março de 1964, p. 8.

³⁵ O texto completo vem reproduzido em Dines, Os Idos de Março, pp. 392-393. A ordem original encontra-se no Arquivo do Marechal H.A. Castello Branco.

a manutenção da ordem interna como uma de suas funções principais; portanto, começaram a ocupar o centro da arena e a assumir uma posição dominante dentro do sistema político, sublinhando assim a relevância da máxima de Lasswell e Kaplan: "O equilíbrio do poder é afetado particularmente pelas expectativas em torno da forma provável como os conflitos serão estabelecidos (...). Uma arena é militar quando a expectativa de violência é elevada; é cívica quando a expectativa é reduzida".³⁶

O comício de 13 de março aumentou grandemente as expectativas de força e de preparação para uma demonstração pelas forças de esquerda e de direita. De ambos os lados, surgiram múltiplos movimentos, sem qualquer organização central. As facções contrárias a Goulart dentro das Forças Armadas começaram a ser mais ouvidas quando exprimiam a necessidade de preparar-se para um contragolpe, embora ainda estivessem longe de se unirem em torno da necessidade de executarem, eles próprios, a revolução. Para muitos militares, uma tentativa de golpe ainda significava guerra civil, desastre para o país e para a instituição militar.

A SOLUÇÃO DA CRISE — O MOTIM NAVAL DOS MARINHEIROS

Foi neste instante que se deu a etapa seguinte e decisiva da crise de março de 1964. Apesar das pressões dos civis e militares ativamente contrários a Goulart, doze dias após o comício não havia qualquer "coligação vitoriosa" para depor Goulart. O presidente ainda contava com inúmeros oficiais estrategicamente localizados que lhe eram leais e eram favoráveis ao programa de reformas. Quanto ao restante dos oficiais, eram, na sua maioria, legalistas, no sentido de que não eram ativistas. Entretanto, os argumentos expressos na carta de Castello Branco estavam começando a exercer forte impacto sobre estes elementos, que passaram a indagar-se se seu "legalismo" implicava lealdade e obediência ao presidente e se a obediência a ele ainda estava "dentro dos limites da lei".

Considerando esta falta de unidade entre as forças de oposição, nesta altura uma revolução pretendida por um setor dos militares teria arriscado dividir os militares. Os conspiradores ativos dentro das Forças Armadas estavam convencidos de que Goulart pretendia converter-se em ditador. Mas acharam que deviam esperar até que ele fizesse um movimento tão evidente que facilmente mobilizasse apoio contra ele.

A provável intenção da estratégia de Goulart, no caso de ter êxito, era instigar as massas a fazer pressões em favor das reformas, sem perder a obediência passiva dos oficiais legalistas e o apoio ativo dos oficiais partidários de que Goulart precisava para dominar o Congresso e governar por decreto. Manter unidas estas forças tornou-se especialmente difícil porque até certo ponto Goulart era instigado pelas forças altamente emocionais e amiúde contraditórias da esquerda, que ele considerou difícil unificar e dirigir. O movimento ingressava numa fase explosiva. Havia o risco de Goulart perder o controle da esquerda como instrumento tático efetivo. O risco residia na perda de um delicado equilíbrio entre os civis cada vez mais radicais e o quadro de oficiais crescentemente ameaçado.³⁷

³⁶ Harold D. Lasswell e Abraham Kaplan, *Power and Society: A Framework for Political Inquiry* (New Haven: Yale University Press, 1950), p. 252.

³⁷ Um exemplo da falta de discrição ou de controle governamental sobre a esquerda, que estava pondo em perigo este equilíbrio, foi a exibição deliberada do filme russo, *O Encouraçado Potemkin*, pelo Ministério da Educação a uma organização de marinheiros militantes, ocasião em que, num breve comentário, foi traçado um paralelo entre a atuação dos marinheiros na Revolução Russa e seu possível papel no Brasil. Cf. "Provocações", O Jornal, 24 de março

O motim naval de 26 de março ocorreu contra este pano de fundo. Mais de mil marinheiros e fuzileiros navais se barricaram num arsenal do Rio de Janeiro.³⁹ O Ministro da Marinha tentou sufocar a rebelião. Em vez de apolá-lo, Goulart de fato exonerou-o e permitiu que os sindicatos participassem na escolha de um novo ministro.

Na época do motim, Goulart estava totalmente indeciso quanto a seu curso de ação. O motim colocou-o diante de uma decisão que ele se recusava a tomar — punir os marinheiros pelo motim e correr o risco de perder seu apoio ativo, ou tratar os revoltosos com leniência e arriscar-se grandemente a aumentar a apreensão entre os oficiais que viam nesta condescendência uma ameaça ao princípio da disciplina militar.³⁹

Nos últimos momentos, Goulart vacilou e, segundo o general Assis Brasil, chefe da sua Casa Militar, desistiu da decisão. Disse ao novo Ministro da Marinha: "Almirante, o problema é seu. Você tem carta branca para resolvê-lo. Se quiser punir ou expulsar [os revoltosos], a decisão é sua". Afirma-se que o Almirante respondeu: "Presidente, eu pretendo conceder anistia".⁴⁰

As repercussões dentro do quadro de oficiais foram profundas. A questão da autopreservação institucional por meio do controle da disciplina militar figurava entre as questões acerca das quais os oficiais militares, divididos no plano ideológico, tinham o mais elevado acordo interno. O motim naval provocou uma mudança de posição que afetou Goulart nos três principais grupos dentro das Forças Armadas — os conspiradores ativos, os oficiais legalistas não-ativistas e os oficiais favoráveis.⁴¹

A rebelião naval galvanizou os conspiradores ativos, civis e militares, para uma ação contra Goulart. As ordens de operação emitidas, na noite de 31 de março, pelo general Guedes, comandante da Infantaria Divisionária que foi a primeira a mover-se contra o presidente, indicam claramente como a condução do motim por Goulart serviu de catalisador do drama revolucionário. A ordem do general explicava à sua divisão que ele e o governador Magalhães Pinto haviam decidido que seria um erro agir contra o presidente sem uma forte provocação. Em sua opinião e na do governador mineiro, qualquer tentativa de depor Goulart antes que ele desafiasse expressamente a lei teria dado a este um ar de legalidade e teria sido contraproducente. "Teria atraído para seu lado um poderoso setor das Forças Armadas que não confia na política e está empenhado no formalismo legal". Era necessário reunir uma conspiração defensiva e esperar até que Goulart ultrapassasse os limites da lei. Seu slogan, explicou o general, era: "Aquele que infringe a lei primeiro está perdido". O que acontecera no motim, segundo ele, mostrava

de 1964, p. 4. Dois dias depois da publicação do artigo, os marinheiros se rebelaram e apresentaram Goulart com indesejada crise de disciplina militar.

³⁹ Para uma descrição do motim, cf. Mário Victor, *Cinco Anos que Abalaram o Brasil*, cap. XXIX, "A Sublevação da Marinha", pp. 493-514.

⁴⁰ Escreveu Abelardo Jurema, Ministro da Justiça de Goulart, que a maior parte dos conselhos que o presidente recebera dos ativistas civis era que ficasse do lado dos marinheiros, já que, em qualquer caso, ele não tinha muito apoio a perder entre os oficiais da Marinha. Cf. Jurema, *Sexta-Feira*, 13, pp. 151-158. Seus argumentos ignoravam o fator crucial da intensidade da oposição ao presidente, que aumentara consideravelmente, e o fato de que outros setores das Forças Armadas também haviam sido afetados, pois se sentiram igualmente ameaçados pelo problema da disciplina.

⁴¹ Cf. o testemunho do general Assis Brasil a um tribunal militar de investigações após a revolução, publicado em *O Estado de São Paulo*, 2 e 3 de julho de 1964.

⁴² O motim dos marinheiros foi tão claramente contraproducente que dois generais mais tarde expurgados do Exército argumentaram que ele fora instigado deliberadamente por oficiais de direita. Entrevista com o general Luiz Tavares da Cunha Mello e general Nicolau Fico, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1968.

que ele estava certo. Com a sublevação dos marinheiros os militares "chegaram no momento da ação e tinham de agir rapidamente antes que fosse tarde demais".⁴²

Outro general que deu início à ofensiva contra o presidente, Mourão Filho, também reconheceu o efeito do motim sobre sua resolução e na do governador Magalhães Pinto, seu principal colaborador civil: "Em face das graves ocorrências na Marinha (...) viajei para uma reunião com o governador Magalhães Pinto e com o general Guedes, comandante da Infantaria Divisionária/4, quando ficou decidido que nós definitivamente tínhamos de começar o ataque o mais cedo possível".⁴³

Entre os oficiais legalistas, que compreendiam a maioria dos militares e que relutavam em dar um passo ousado contra o presidente constitucionalmente eleito, a sanção por Goulart da indisciplina e da desordem levou-os a reformular a questão do legalismo. Devia-se obediência ao presidente "dentro dos limites da lei". Para muitos oficiais, os atos do presidente pareciam colocar-se fora da lei. Os militares, achavam eles, tinham a obrigação constitucional de continuar existindo como corpo permanente, a fim de manter a ordem interna: Além disso, muitos editoriais de jornais de todo o país asseguravam aos oficiais legalistas que sua obrigação, mesmo dentro dos termos da legalidade, estava em seu papel de manter a lei, a ordem e a disciplina militar.⁴⁴

Apelos semelhantes foram feitos a oficiais mais jovens pelos seus superiores. O general Moniz de Aragão, que nesta época era o principal candidato (eleito posteriormente) à presidência do Clube Militar, enviou uma longa carta aos oficiais subalternos, onde sublinhava o dever constitucional dos militares de manter a lei e a ordem, e depois relacionava as ameaças atuais à lei e à ordem. Chegou quase a instigar a deposição direta de Goulart. Mas sua carta era claramente destinada à opinião legalista e não-ativista. Terminava nos seguintes termos: "O temor de expressar uma atitude, ou de definir uma posição, é uma vergonha num soldado".⁴⁵

O impacto do motim naval de 26 de março sobre os fortes partidários de Goulart foi bastante grande. Observou Juan Linz que a intensidade da crença na legitimidade de um governo é mais importante para aqueles que participam de uma crise de dentro da estrutura da autoridade. Seu apoio passivo não é suficiente; eles precisam sentir que o governo é tão legítimo que ordene seu apoio ativo.⁴⁶

Para Goulart, seu staff era seu dispositivo militar, seus homens escolhidos a dedo em posições-chave por todo o país, que no passado o haviam apoiado ativamente em períodos de crise. Entretanto, o Ministro da Justiça do seu governo, Abelardo Jurema, descreveu um conturbado encontro entre ele e um oficial, coronel Lino Teixeira, depois do motim dos marinheiros, que ilustra quão seriamente a questão da disciplina militar havia enfraquecido o apoio ativo do presidente:

Jantando num restaurante da cidade (...) fui abordado pelo coronel Lino Teixeira. Estava furioso... Não compreendia a solução e me dizia, expressamente, que o que ele estava sentindo, de revolta, de mal-estar e de surpresa, todo o mundo militar janguista estaria também. Salientou que o governo havia perdido substância total no seu dispositivo militar... Ele que lutaria até ontem ao

⁴² General-de-Brigada Luiz Guedes, *Boletim da Infantaria Divisionária/4 NR 58*, 31 de março de 1964, p. 2. (Cópia de posse do autor.)

⁴³ General-de-Divisão Olympio Mourão Filho, "Relatório da Revolução Democrática Iniciada pela 4.ª RM e 4.ª DI em 31 de março de 1964", 9 de maio de 1964, p. 3. (Cópia de posse do autor.)

⁴⁴ Cf. Capítulo 5.

⁴⁵ Cf. "O general Moniz de Aragão Faz Apelo em Favor de União Militar", *O Estado de São Paulo*, 27 de março de 1964, p. 4.

⁴⁶ Juan Linz, *Breakdown of Democratic Regimes*.

lado do presidente e das reformas, hoje não titubearia em lutar ao lado de Carlos Lacerda para manter a disciplina, a que, a seu ver, havia sido violentada irreparavelmente.⁴⁷

Um membro do Estado-Maior do Exército, que não se uniu à conspiração contra Goulart e que mais tarde foi expurgado do Exército, comentou: "A coisa afinal mais importante para movimentar a opinião militar contra ele (Goulart) foi a 'inversão de seu discurso aos sargentos'".⁴⁸

Muitos dos mais firmes partidários de Goulart dentro das Forças Armadas não se uniram de forma ativa à oposição, mas ocorreu um fato decisivo: quando o governo foi desafiado ativamente pelos conspiradores, o apoio militar ao presidente não era suficientemente intenso para impedir a sua deposição. Nenhum oficial morreu em defesa de Goulart.

Muitas questões de interesse sobre o estilo político de Goulart e sua queda do poder exigem ainda uma subsequente análise e pesquisa. Por que Goulart superestimou sua força política? Já aludi à satisfação e desorientação que ele experimentou depois de seus discursos populares. Outro indício do grau de alienação do processo político em que se achava o presidente reside na natureza de seus conselheiros políticos. Ele se cercou de elementos pessoalmente tão identificados com ele que não eram representativos das instituições de que provinham e não tinham influência dentro delas. O general Assis Brasil é um exemplo clássico: foi um militar que incitou Goulart à ação mesmo que tivesse perdido contato com a instituição militar que ele supostamente representava.

Um campo de investigação mais difícil diz respeito ao estilo de política de Goulart. O presidente falava da necessidade de uma revolução, mas nos primeiros momentos da Revolução, quando ainda não havia total certeza de sua deposição, ele pessoalmente advertiu seus comandantes militares a evitarem derramamento de sangue. Esta ambigüidade e indecisão irritou seus partidários militares.⁴⁹

Existe uma outra área a pedir exame: a dimensão da personalidade política. Goulart sempre fora vítima de uma "campanha surda" de insinuações, mesmo entre seus companheiros. Aludia-se frequentemente à sua ineficácia pessoal e política. Sem dúvida, sua pretensa liderança das massas satisfaz alguma necessidade pessoal. O modelo de confrontação e capitulação em sua carreira sugere que seria valiosa uma análise psicológica, para uma compreensão mais completa do desempenho político do presidente.⁵⁰

A TOMADA DO PODER PELOS MILITARES

Existe uma literatura ampla e crescente sobre a revolução de 31 de março de 1964 e este capítulo não pretende fornecer uma narrativa completa destes aconteci-

⁴⁷ Jurema, Sexta-Feira, 13, pp. 162-163.

⁴⁸ Entrevista com o general George Rocha, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1968.

⁴⁹ Em seu penetrante "Revolution Tomorrow: The Failure of the Left in Brazil", Studies on the Left, IV (Fall 1964), pp. 30-54, Timothy Harding acentua que a explicação que está por trás deste tipo de ambigüidade de propósitos se baseia no fato de que Goulart devia seu poder político e social a um sistema que uma revolução teria sem dúvida destruído.

⁵⁰ Um artigo estimulante que indica a utilidade da análise psicológica dos estilos políticos e padrões recorrentes de comportamento é o trabalho de James David Barber, "The President and His Friends", apresentado na reunião anual da Associação Americana de Ciência Política, New York, 2-6 de setembro de 1969.

mentos.⁵¹ Antes, focaliza a decisão efetiva dos militares de assumir as rédeas do governo.

Quando Goulart deixou o país a 1.º de abril de 1964, nem todos compreenderam imediatamente que não poderia haver um governo civil para manter a ordem, chefiado pelo sucessor constitucional do Presidente, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, e as eleições presidenciais seriam realizadas na data marcada, de acordo com as regras do jogo do padrão moderador das relações entre civis e militares. A outra possibilidade era um governo militar. É certo que logo se constituiu um Supremo Comando Revolucionário, no dia da fuga de Goulart, mas o Ato Institucional, que expressava definitivamente o novo papel dos militares e a mudança radical do sistema político, não foi publicado antes de 9 de abril. Entre estas duas datas, os acontecimentos mais significativos foram:

2 e 3 de abril: o presidente dos Estados Unidos, com grande pressa e indisfarçado entusiasmo, congratulou-se com os vitoriosos da Revolução e o Departamento de Estado deu início a gestões com o governo brasileiro para discussão de ajuda.⁵²

6 de abril: o Senado brasileiro aprovou a eleição indireta pelo Congresso, em futuro próximo, de um presidente e vice-presidente que cumprissem o restante do mandato de Goulart, antes das eleições marcadas regularmente para 1965.

7 de abril: os militares mostraram aos líderes do Congresso o esboço do Ato Institucional.

9 de abril: O Supremo Comando Revolucionário publicou, unilateralmente, o Ato Institucional, declarando que a revolução se legitimava a si mesma e concedia amplos poderes aos militares.

10 de abril: foi publicada a primeira das muitas listas de cassação dos direitos políticos individuais.

11 de abril: o Congresso ratificou a escolha do general Castello Branco para presidente do Brasil. Assim, pela primeira vez no século XX, subiu ao poder no Brasil um governo essencialmente militar.

O temor visivelmente generalizado entre os militares pela destruição de sua própria unidade institucional, e seu desejo de expurgar muitos atores do sistema político, tornaram inverossímil o retorno a um governo civil. Além disso, já vimos como a Escola Superior de Guerra havia formulado planos de desenvolvimento e treinar pessoal, dando assim confiança aos militares em suas próprias capacidades de governo.

A tomada do poder pelos militares teria ocorrido, indubitavelmente, mesmo na ausência de apoio civil; no entanto, ela demonstra o estado de apreensão e a perda de confiança de muitos representantes das classes assalariadas e dos grupos empresariais, bem como de políticos de direita e de centro, já que muitos deles exigiram abertamente um presidente militar temporário depois que a revolução depusesse Goulart (embora não houvesse muito falatório público sobre essa antecipação e mais tarde a maioria retirasse seu apoio ao governo militar).

⁵¹ Já existem duas bibliografias sobre a revolução de 1964: Amaury de Souza, "Março ou Abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil", Dados, I (2.º semestre de 1966), pp. 160-175; e "Bibliografia sobre a Revolução de 31 de Março", Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados, 13:2 (julho-dezembro de 1964), pp. 499-514. Os trabalhos citados no Capítulo 5, n.º 1, descrevem com grande detalhe a mecânica do movimento militar.

⁵² Cf. Ted Szulc, "Washington Sends 'Warmest' Wishes to Brazil's Leaders", New York Times, April 3, 1964, e Max Frankel, "Brazil Chief Picks Aides, Rusk Promises U. S. Help", New York Times, April 4, 1964.

19. 31 p. 1964

Archie
P. 1964

A 1.º de abril, na noite seguinte à revolução, reuniram-se no Rio de Janeiro os principais governadores que haviam apoiado os militares na deposição do presidente. Representavam todos os principais partidos políticos, com exceção do PTB. O governador Carlos Lacerda, que representou a UDN, escreveu:

Contávamos entre nós com vários candidatos, declarados ou prontos a se declararem, à presidência da República nas eleições que os militares prometeram ao país.

Com exceção de dois destes governadores, que somente mais tarde foram convencidos, concordou-se em que o chefe do governo revolucionário seria um militar, a fim de garantir a unidade das Forças Armadas, impedir uma eventual usurpação e evitar uma competição entre os políticos numa hora delicada para o país.⁵³

Naquela noite, Lacerda solicitou publicamente a antecipação da escolha de um militar para a presidência, alguém que tivesse autoridade suficiente para governar o país e curar as feridas até que pudessem realizar-se as eleições presidenciais.⁵⁴

A poderosa Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo enviou um telegrama ao Senado, solicitando a eleição de um oficial militar para presidente.⁵⁵ Um dos principais jornais do país, *O Estado de São Paulo*, publicou um editorial onde argumentava em favor da escolha de um presidente militar para varrer os comunistas e porque o país precisava de um homem "sem ligações políticas".⁵⁶

A 3 de abril, a conservadora Sociedade Rural Brasileira publicou um manifesto, exigindo essencialmente um militar para presidente temporário e pedindo expurgos políticos. "A revolução apenas começou", anunciava. No mesmo dia, o grupo católico militante anticomunista de mulheres da classe média, a União Carioca Feminina, que havia sido elemento destacado na organização da maciça demonstração de São Paulo contra Goulart, publicou seu próprio manifesto, onde declarava que, embora a primeira batalha da revolução tivesse sido ganha, esta tinha de ser consolidada eliminando a corrupção e o comunismo. Elas endossavam especificamente a escolha do general Castello Branco para a presidência, porque era um general "sem ligações políticas".⁵⁷

Entretanto, a tomada do poder pelos militares deixou muitas perguntas sem resposta. Que grupos dentro das Forças Armadas assumiriam as rédeas do governo? Qual era seu *background*? Que principais experiências de socialização foram relevantes para suas tentativas de governar? Como os líderes da revolução se comparavam com os não-ativistas e com aqueles que se lhes opuseram, e o que isto pode dizer-nos sobre as fontes potenciais de acordo e de cisão dentro das Forças Armadas? Que novos problemas políticos os militares tiveram de enfrentar quando assumiram o poder?

⁵³ Carlos Lacerda, "Análise de uma Provocação", *Tribuna da Imprensa*, 26-27 de agosto de 1967.

⁵⁴ Entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, 2 de abril de 1964.

⁵⁵ Cf. *O Estado de São Paulo*, 5 de abril de 1964.

⁵⁶ Cf. o editorial de *O Estado de São Paulo*, 5 de abril de 1964.

⁵⁷ Cf. *O Estado de São Paulo*, 4 de abril de 1964.

PARTE IV

Os Militares Brasileiros no Poder, 1964-1968: um Estudo de Caso dos Problemas Políticos do Governo Militar

Tradicionalmente, muitos moralistas e analistas políticos têm encarado o papel dos militares na política do ponto de vista da ameaça que representam para os processos democráticos e para o desenvolvimento econômico do país.¹ Contudo, a magnitude dos problemas enfrentados pelas nações em desenvolvimento e a debilidade das instituições civis para arrostar estes problemas levou uma escola revisionista a acentuar que as características organizacionais e tecnológicas dos militares podem convertê-los num poderoso instrumento no processo de desenvolvimento político e econômico.²

O Brasil forneceu um caso de teste³ particularmente adequado das potencialidades do governo militar, porque muitos observadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros, estavam inicialmente bastante otimistas com relação às possibilidades de o governo militar brasileiro usar seu poder para contribuir racionalmente para o desenvolvimento econômico e político. O governo dos Estados Unidos em particular, como vimos, deu um importante crédito de confiança financeiro e político ao regime militar brasileiro.

A Quarta Parte é uma discussão dos primeiros anos do governo militar no Brasil dentro deste contexto. É, principalmente, o estudo das novas exigências feitas a uma instituição militar quando ela deixa seu tradicional papel moderador pelo de governo executivo. Não apresento nesta parte um "modelo de poder militar" para o período de 1964-1968 e não testo hipóteses extraídas de um tal modelo, como fiz em minhas discussões anteriores do padrão moderador das relações entre

¹ A literatura é vasta. Alguns dos escritos mais típicos são: Herbert Spencer, *The Principles of Sociology* (New York: D. Appleton and Company, 1900), II, 568-642, onde demonstra a oposição sistemática do militarismo ao industrialismo; Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, pp. 317-329; Edwin Lieuwen, *Arms and Politics in Latin America*, (New York: Frederick A. Praeger, 1960), que resume o ataque ao papel dos militares na América Latina.

² Alguns dos mais influentes colaboradores desta reformulação foram Guy Pauker, "Southeast Asia as a Problem Area in the Next Decade", *World Politics*, XI (April 1959), 325-345; Lucian W. Pye, "Armies in the Process of Political Modernization", in *The Role of the Military in Underdeveloped Countries*, ed. John J. Johnson (Princeton: Princeton University Press, 1962), pp. 69-90; e para a América Latina, John J. Johnson, *The Military and Society in Latin America* (Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1964).

³ Decerto, nenhum caso de teste é definitivo. Alguns dos governos militares tiveram mais êxito que outros. Mas, enquanto todos os regimes militares afirmam estar preparando o caminho para um eventual retorno a um governo forte e orientado para o desenvolvimento, virtualmente nenhum regime militar foi capaz de criar um partido político efetivo e supervisionar a transição para a política aberta e democrática. A principal exceção foi a criação do partido republicano na Turquia.

civis e militares, porque não foi realmente estabelecido nada parecido com o que se poderia chamar de modelo. Procurei, antes, verificar os problemas políticos muitas vezes subestimados ou ignorados que um regime militar enfrenta antes de poder alcançar alguma forma de estabilidade e coerência razoáveis na direção da política, e gerar e institucionalizar fontes de apoio além da força militar.

Nesta seção, portanto, meu principal objetivo não consiste em avaliar em detalhes o resultado social e político dos programas políticos do governo militar desde 1964. Fazer tal avaliação seria uma tarefa gigantesca e importante, mas ainda não dispomos de grande parte da informação necessária, como dados fidedignos sobre a redistribuição da renda.⁴ Não há dúvida de que, apesar do elevado crescimento econômico que o Brasil alcançou entre 1968 e 1970, houve uma "desmobilização" geral de todos os movimentos de massa, que lutavam por mudança, tais como as ligas camponesas, a reforma agrária, o movimento sindicalista e os movimentos de alfabetização de adultos como o MEB. Ao que parece também, as classes inferiores suportaram o peso da política de estabilização fiscal. Além disso certa repressão política marcou o governo militar desde o início e aumentou no período de 1968-1970.

Entretanto, minha principal preocupação nesta Quarta Parte é estudar o processo do governo militar na medida em que afetou a organização interna e os propósitos da própria instituição militar, e analisar a capacidade de governo desta instituição. Utilizei a experiência brasileira de governo militar entre 1964 e 1968 para pôr em questão e contestar algumas das hipóteses básicas que fundamentam as interpretações revisionistas dos militares — particularmente a hipótese de que por motivos de organização um governo militar está menos sujeito a algumas das fraquezas mais características dos governos civis. As interpretações revisionistas dos militares como instrumento de desenvolvimento se baseiam mais numa série de suposições sobre a "unidade", a "continuidade da política", o "monopólio da força" e a "estabilidade" de governos militares do que em estudos efetivos de regimes militares no poder.⁵ Ao avaliar estas hipóteses no caso de um país, espero sugerir um modo alternativo de análise que facilitará a investigação de outros países.

⁴ Tal avaliação está sendo tentada, atualmente, por um grupo de estudiosos americanos e brasileiros, do qual o autor faz parte. O grupo espera publicar suas conclusões em livro nos próximos meses.

⁵ As conseqüências reais do governo militar constituem uma área negligenciada de pesquisa. Duas tentativas importantes de avaliar as habilidades políticas dos governos militares são Morris Janowitz, *The Military in the Political Development of New Nations* (Chicago: The University of Chicago Press, 1964) e Henry Bienen, ed., *The Military Intervenes: Case Studies in Political Development* (New York: Russell Sage Foundation, 1968).

Capítulo 10

Os Militares no Poder: Primeiras Decisões e Problemas Políticos

INTRODUÇÃO

Da Revolução de 1.º de abril de 1964 até a decretação do Ato Institucional n.º 5, a 13 de dezembro de 1968, os militares brasileiros descobriram que estava em funcionamento um processo interno que ampliara seu nível de envolvimento e estreitara a base de seu apoio. Por volta de dezembro de 1968, o governo militar de democracia tutelada, de fato, se convertera numa autocracia, enquanto os militares como instituição se viram profundamente divididos. Tudo indicava que os militares estavam sendo levados a instaurar um governo ainda mais autoritário e a envolver-se mais profundamente em todas as setores da vida brasileira, e que a maioria de suas opções iniciais para desembaraçar-se do governo e deixar o poder estavam se fechando. Por que aconteceu isto? O que isto ilustra acerca dos problemas políticos do governo militar? Que novas exigências políticas os militares tiveram de enfrentar e que não haviam enfrentado no antigo padrão moderador das relações entre civis e militares.

OBJETIVOS MILITARES ORIGINAIS

Quando depuseram o presidente João Goulart, em abril de 1964, e assumiram o poder, não existia um plano comum à grande maioria dos militares sobre os seus principais objetivos políticos. Isto estava deliberado em parte. Antes de 1964, existira um desejo consciente de evitar o debate sobre questões que teriam tornado mais difícil reunir uma coligação de golpe vitoriosa.¹ Imediatamente depois de 1964 muitos oficiais recebiam que o debate pudesse provocar cisões dentro das Forças Armadas e mesmo precipitar um contramovimento executado pelas forças janguitas.² Os principais temas discutidos entre os militares logo depois da vitória eram, pois, vagos: a necessidade de controlar os "comunistas", conter a inflação e executar as mínimas reformas políticas e econômicas consideradas como um pré-requisito para o retorno do governo civil em alguma época no futuro. >>

¹ Este ponto foi esclarecido em entrevistas com vários organizadores do movimento. Ao deixar o Brasil a 2 de abril de 1964, Goulart declarou que retornaria ao poder dentro de um mês, porque os generais iriam brigar entre si. O mais temido oponente da revolução, Leonel Brizola, ainda se achava no país; preocupados com um contramovimento se estivessem divididos, os generais organizaram uma reunião, onde concordaram em que a unidade era o fator mais importante e por este motivo eles todos apoiariam um nome para presidente. Um relato deste fato encontra-se em José Stacchini, *Março 64: Mobilização da Audeia* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965), pp. 128-129.